

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Gustavo Araújo de Carvalho

**Desafios na apropriação e melhoria dos resultados das avaliações externas em
uma escola estadual no município de Lassance - Minas Gerais**

Juiz de Fora

2025

Gustavo Araújo de Carvalho

**Desafios na apropriação e melhoria dos resultados das avaliações externas em
uma escola estadual no município de Lassance - Minas Gerais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Andréia Francisco Afonso

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Araújo de Carvalho, Gustavo .

Desafios na apropriação e melhoria dos resultados das avaliações externas em uma escola estadual no município de Lassance - Minas Gerais / Gustavo Araújo de Carvalho. -- 2025.

105 p.

Orientador: Andréia Francisco Afonso

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2025.

1. avaliações externas. 2. gestão escolar. 3. apropriação de resultados. 4. formação continuada. I. Francisco Afonso, Andréia , orient. II. Título.

Gustavo Araújo de Carvalho

DESAFIOS NA APROPRIAÇÃO E MELHORIA DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS EM UMA ESCOLA ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE LASSANCE - MINAS GERAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública

Aprovada em 08 de abril de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a) Dr(a) Andréia Francisco Afonso- Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Gisele Barbosa dos Santos

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Cleomar Maciel de Araújo Vieira

Seduc-Ce

Juiz de Fora, 03/04/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Francisco Afonso, Professor(a)**, em 08/04/2025, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cleomar Maciel de Araujo Vieira, Usuário Externo**, em 08/04/2025, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gisele Barbosa dos Santos, Professor(a)**, em 08/04/2025, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2331409** e o código CRC **8DEA6C65**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me guiar e fornecer as forças necessárias para superar todos os desafios que surgiram nos últimos anos.

Agradeço à minha mãe, meu pai, meu irmão e a todos os familiares, que, mesmo distantes fisicamente durante este período, foram o suporte necessário para que eu conseguisse realizar este sonho, que antes parecia distante e, em certos momentos, até mesmo impossível.

À Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, agradeço a oportunidade de participar deste mestrado em virtude do convênio estabelecido com a UFJF.

Aos amigos do mestrado que estiveram ao meu lado em diversas ocasiões, oferecendo apoio nos momentos desafiadores dessa trajetória na “cidade grande”: Lindomar, Gilson, Juliana Magalhães, Glauber e Gislene, além de Rodrigo, que, de meu professor, tornou-se um amigo e colega de mestrado, foi uma grande honra estudar com vocês. Vocês estarão sempre presentes na minha vida!

À professora orientadora Dra. Andréia Francisco Afonso, agradeço o acolhimento, orientação e apoio recebidos ao longo desta jornada.

À assistente de suporte acadêmico Bruna de Oliveira Fonseca, pelo monitoramento sistemático e pela exigência na melhoria da qualidade da dissertação.

Aos ilustríssimos professores das bancas de qualificação e defesa, agradeço sinceramente pelas valiosas contribuições e orientações que enriqueceram tanto o trabalho realizado quanto a minha trajetória de desenvolvimento pessoal e profissional.

Aos colegas de trabalho da escola, vice-diretores, especialistas, professores, secretária e outros servidores que foram fundamentais nesta jornada e manifestaram seu apoio durante todo o processo, desde o início até os dias atuais nesta nova fase; bem como aos colegas atuais, especialmente à Silvia Gonçalves Reis, da Divisão Operacional Financeira, que me auxiliou significativamente, e aos demais servidores da Superintendência Regional de Ensino de Curvelo, representados pela superintendente Elizete Alves Matoso.

Por fim, expresso minha gratidão a todos os profissionais que contribuíram para moldar o profissional que sou hoje, incluindo aqueles da rede municipal e estadual de educação de Lassance, bem como das escolas públicas e universidades que

frequentei. Espero ser uma fonte de orgulho e referência e que minha presença contribua para a melhoria da educação em todos os lugares onde eu atuar.

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. A pesquisa buscou discutir os obstáculos enfrentados na apropriação dos resultados dos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática provenientes das avaliações do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública e do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Simave/Proeb) no período de 2018 a 2023, em uma escola estadual que atende ao Ensino Fundamental – Anos Finais e ao Ensino Médio. O intuito foi promover o uso adequado dos resultados das avaliações externas, bem como dos dados e indicadores, com o propósito de aprimorar o desempenho dos estudantes. Foi estabelecida a seguinte questão norteadora: “Como a gestão escolar pode incentivar a apropriação e o uso adequado dos resultados das avaliações externas pela comunidade escolar?”. Nessa perspectiva, foram definidos os objetivos específicos: (1) apresentar como a escola tem utilizado os dados provenientes dos sistemas de avaliação externa; (2) analisar o que pode ser aprimorado e como pode ser efetivamente utilizado o planejamento pedagógico coletivo – Módulo II; e (3) propor ações efetivas para análise, apropriação e divulgação dos resultados da escola nas reuniões pedagógicas coletivas. Dessa forma, optou-se pela metodologia qualitativa e, como instrumento de coleta dos dados, foi realizada a aplicação de entrevistas semiestruturadas com professores e supervisores pedagógicos. Para o embasamento teórico dos temas “apropriação de resultados”, “gestão escolar” e “formação continuada de professores”, buscou-se estabelecer uma conexão entre o problema da pesquisa (caso de gestão) e a teoria sob a perspectiva dos autores Paul e Barbosa (2008), Werle (2011), Bonamino e Sousa (2012), Machado (2012), Gimenes *et al.* (2013), entre outros. A análise dos dados foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, na qual optou-se pela análise por eixos, corroborada pela realização de entrevistas. Por fim, o Plano de Ação Educacional (PAE) proposto emergiu dos achados da pesquisa de campo, considerando as principais contraposições e convergências sobre o entendimento das avaliações externas, bem como a apropriação e a análise dos resultados obtidos pelos estudantes.

Palavras-chave: avaliações externas; gestão escolar; apropriação de resultados; formação continuada.

ABSTRACT

This dissertation was developed within the scope of the Professional Master's Degree in Education Management and Assessment of the Center for Public Policies and Education Assessment, of the Federal University of Juiz de Fora. The research sought to discuss the obstacles in the appropriation of the results in the curricular components of Portuguese Language and Mathematics of the assessments of the Minas Gerais System of Assessment and Equity of Public Education/Basic Education Public Network Assessment Program (Simave/Proeb) between the years 2018 to 2023 in a State Elementary School of Final Years and High School, for the appropriate use of the results of external assessments, data/indicators and consequently, improve student performance. The following guiding question was established: How can school management encourage the appropriation and appropriate use of external assessment results by the school community? From this perspective, the following specific objectives were defined: (1) to present how the school has used data from external assessment systems; (2) to analyze what can be improved and how collective pedagogical planning can be effectively used - Module II; (3) to propose effective actions for the analysis, appropriation and dissemination of the school's results in collective pedagogical meetings. To this end, the qualitative methodology was chosen and the application of semi-structured interviews with teachers and pedagogical supervisors as the data collection instrument. To provide the theoretical basis for the themes – appropriation of results, school management and continuing education for teachers – we sought to establish a connection between the research problem (management case) and the theory from the perspective of the authors: Paul and Barbosa (2008), Werle (2011), Bonamino and Sousa (2012), Machado (2012), Gimenes *et al.* (2013), among others. Data analysis is conducted using a qualitative methodology, through which we opted for analysis by axes, which was corroborated by interviews with teachers and pedagogical supervisors. Finally, the proposed Educational Action Plan (PAE) emerged from the findings of the field research, based on the main contrasts and convergences between knowledge about external assessments, how appropriation and analysis occur and the results of their students.

Keywords: external assessments; school management; appropriation of results; continuing education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa de distribuição das superintendências regionais de ensino	27
Figura 2	Classificação das Superintendências Regionais de Ensino	28
Figura 3	Distância entre a sede da Escola Estadual Carlos Chagas e o anexo rural	30
Figura 4	Localização do município de Lassance no estado de Minas Gerais	30
Figura 5	Etapas do processo de uso de dados de avaliações	77
Figura 6	Instâncias e suas responsabilidades.....	78
Quadro 1	Achados da pesquisa e respectivas proposições.....	76
Quadro 2	Detalhamento da Ação 1: Oficina de formação continuada	80
Quadro 3	Detalhamento da Ação 2: Criação de um plano de intervenção	82
Quadro 4	Protocolo para reuniões de análise dos resultados (equipe gestora)...	84
Quadro 5	Registro da análise dos dados de desempenho	86
Quadro 6	Etapas de realização da Ação 2.....	87
Quadro 7	Formulário para propostas que ajudem a resolver as dificuldades enfrentadas pelos estudantes	87
Quadro 8	Instrumento de monitoramento e avaliação do PAE	88
Quadro 9	Detalhamento da ação 3: Monitoramento e avaliação do Plano de Ação Educacional.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Superintendência Regional de Ensino de Curvelo	29
Tabela 2	Distribuição das turmas, turnos e quantitativo de estudantes	32
Tabela 3	Distribuição dos servidores administrativos	33
Tabela 4	Profissionais do magistério (professores e supervisores)	34
Tabela 5	Percentual de formação dos docentes que atuam no Ensino Fundamental na escola pesquisada.....	34
Tabela 6	Percentual de formação dos professores que atuam no Ensino Médio na escola pesquisada.....	35
Tabela 7	Quantidade de matrículas no Ensino Fundamental no município de Lassance.....	43
Tabela 8	Percentual de aprovação no Ensino Fundamental no município de Lassance.....	44
Tabela 9	Percentual de abandono no Ensino Fundamental na Escola Estadual Carlos Chagas	45
Tabela 10	Taxa de distorção idade/série no Ensino Fundamental na Escola Estadual Carlos Chagas.....	45
Tabela 11	Taxa de reprovação no Ensino Fundamental na Escola Estadual Carlos Chagas.....	46
Tabela 12	Percentual de estudantes do Ensino Fundamental que participaram do Proeb.....	47
Tabela 13	Distribuição da proficiência por padrão de desempenho Proeb – Língua Portuguesa – 9º ano do Ensino Fundamental.....	47
Tabela 14	Distribuição de proficiência por padrão de desempenho Proeb – Matemática – 9º ano do Ensino Fundamental.....	48
Tabela 15	Informações sobre o fluxo escolar das turmas de 9º ano do Ensino Fundamental em 2022	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ASB	Auxiliar de Serviços de Educação Básica
ATB	Assistente Técnico de Educação Básica
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
DED	Diário Eletrônico Digital
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMTI	Ensino Médio em Tempo Integral
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INSE	Indicador de Nível Socioeconômico
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INEST	Índice Escola Transformação
MEC	Ministério da Educação
NEM	Novo Ensino Médio
PEUB	Professor de Ensino do Uso da Biblioteca
PPGP	Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PAE	Plano de Ação Escolar
PROALFA	Programa de Avaliação da Alfabetização
Proeb	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
REANP	Regime Especial de Atividades Não Presencial
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEE/MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
Simade	Sistema Mineiro de Administração Escolar
Simave	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública
SYSADP	Sistema de Controle de Quadro de Pessoal
SRE	Superintendência Regional de Ensino
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A AVALIAÇÃO EXTERNA NO BRASIL: O Saeb E A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÕES EXTERNAS NOS ESTADOS	17
2.1	AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E O ARCABOUÇO NORMATIVO	17
2.2	O SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA (SIMAVE)	23
2.3	A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, AS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE ENSINO E A UNIDADE ESCOLAR: INSTÂNCIAS EDUCACIONAIS DE MINAS GERAIS	25
2.4	A UTILIZAÇÃO DOS DADOS DO SIMAVE NA ESCOLA ESTADUAL CARLOS CHAGAS.....	42
3	APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SIMAVE NA ESCOLA: DA TEORIA À PRÁTICA	51
3.1	CONTEXTO E EIXOS TEÓRICOS.....	52
3.2	PROPOSTA DE PESQUISA DE CAMPO	53
3.3	ANÁLISE DOS DADOS.....	61
3.3.1	Avaliação externa na perspectiva da equipe escolar.....	64
3.3.2	Respondendo à pergunta do caso de gestão “se existem e de que maneira ocorrem as apropriações dos resultados do Simave/Proeb na Escola Estadual de Anos Finais e Ensino Médio”.....	70
3.3.3	O papel da equipe escolar e a formação continuada	71
4	PROPOSTA DE APRIMORAMENTO DOS PROCESSOS de FORMAÇÃO PARA A APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SIMAVE/PROEB: PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL	75
4.1	DETALHAMENTO DAS AÇÕES DO PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE).....	77
4.1.1	Ação 1: Oficina de formação continuada para toda a equipe	78
4.1.1.1	<i>Detalhamento da execução da Ação 1.....</i>	<i>80</i>
4.1.2	Ação 2: Criação de plano de intervenção	81
4.1.2.1	<i>Detalhamento da execução da Ação 2.....</i>	<i>82</i>
4.1.3	Ação 3: Monitoramento e avaliação do Plano de Ação Educacional.....	88

4.1.3.1	<i>Detalhamento da execução da Ação 3</i>	89
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	REFERÊNCIAS	96
	APÊNDICE A – Roteiro da entrevista semiestruturada	102
	APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido	104

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta reflexões acerca da apropriação dos resultados das avaliações externas em Língua Portuguesa e Matemática do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave) e do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb) no período de 2018 a 2023.

Para compreender a relevância da temática, é preciso entender o contexto em que a pesquisa é realizada. A escola está localizada na cidade de Lassance, na região norte de Minas Gerais, a aproximadamente 275 km de Belo Horizonte, a capital do Estado. A população do município é estimada em 7.124 habitantes, segundo dados divulgados pelo Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, indicando um aumento de 9,87% em relação ao Censo Demográfico de 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022). O município se destaca principalmente nas atividades econômicas de agricultura, pecuária e comércio.

A escola, que pertence à Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Curvelo, foi estabelecida pelo Decreto Estadual nº 7.822, datado de 21 de agosto de 1964. Atualmente, oferta o Ensino Fundamental, com turmas do 6º ao 9º ano e o Ensino Médio Regular, além do Ensino Médio Integral Propedêutico e Profissional, bem como cursos técnicos profissionalizantes oferecidos de forma simultânea ou subsequente.

O pesquisador exerceu a função de professor efetivo dos componentes curriculares de Biologia e Ciências, além de ter sido aluno nessa mesma instituição de ensino entre os anos de 2001 e 2007. De julho de 2019 até agosto de 2024, ocupou o cargo comissionado de Diretor Escolar e, em virtude da assunção deste cargo, o desempenho da escola, que sempre foi uma preocupação, passou a ser objetivamente priorizado em razão do aumento da responsabilidade com a equipe e a comunidade escolar.

Considerando a importância das avaliações externas e em larga escala¹, espera-se que as instituições de ensino compreendam e façam uso dos dados provenientes dessas avaliações. Essa expectativa é pautada na capacidade dessas avaliações de fornecerem subsídios para a análise da realidade escolar sob a

¹ O termo utilizado na pesquisa será avaliação externa, a fim de tornar a compreensão mais acessível ao leitor.

perspectiva pedagógica, tanto para os docentes quanto para a equipe gestora da instituição. Os resultados das avaliações podem orientar as ações de intervenção pedagógica que a escola deve implementar.

Diante do exposto, o desafio que surge está relacionado com a apropriação e divulgação dos resultados das avaliações externas na escola. Isso impede a elaboração de um plano de intervenção efetivo, resultando na continuidade da elevada taxa de alunos que se encontram nos níveis de proficiência “baixo” e “intermediário”, enquanto há um alto índice de aprovação. Essa situação é inconsistente no contexto da unidade escolar investigada. Portanto, este caso visa responder à questão: “Como a gestão escolar pode incentivar a apropriação e o uso dos resultados das avaliações externas e dos sistemas de gestão pela comunidade escolar?”.

Assim, o objetivo geral deste estudo é investigar quais são os principais obstáculos para o uso dos resultados das avaliações externas e dos dados/indicadores em uma escola estadual de Minas Gerais.

Especificamente, pretende-se: (i) Descrever como a escola tem utilizado os dados provenientes dos sistemas de avaliação externa; (ii) Analisar a execução e a efetividade das reuniões de planejamento pedagógico coletivo (Módulo II)²; e (iii) Propor estratégias para a utilização dos resultados das avaliações externas pela equipe escolar para a eficiência do processo de ensino e aprendizagem.

Foi utilizada uma pesquisa qualitativa e, como instrumento de coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Além disso, foi realizada uma investigação sobre os registros das atas de reunião pedagógica de planejamento escolar (Módulo II), as matrizes de referência de Língua Portuguesa e Matemática do Simave/Proeb, as atas de resultado e os relatórios gerados pelo Sistema Mineiro de Administração Escolar (Simade).

O referencial teórico deste estudo abarca os seguintes conceitos: avaliação externa, gestão escolar, apropriação de resultados e formação continuada. O apoio teórico é fundamentado nas pesquisas de Werle (2011) e Bonamino e Sousa (2012),

² As reuniões pedagógicas de formação são organizadas pelos supervisores pedagógicos em parceria com os gestores escolares e representam 1/3 da jornada extraclasse dos docentes, conforme a Lei Federal nº 11.738/08. Esta lei visa fixar um piso salarial e reorganizar a jornada de trabalho do professor, determinando que uma parte dela seja dedicada às atividades fora da sala de aula, estabelecendo que, no máximo, 2/3 do tempo total se destinem à atividade docente.

que analisam a importância da gestão do currículo escolar, com respaldo de Paul e Barbosa (2008), Machado (2012) e Gimenes *et al.* (2013) fundamentando os argumentos acerca da importância das avaliações externas e da avaliação interna, assim como a complementariedade entre elas. Da mesma forma que os gestores, coordenadores e professores usam os resultados dessas avaliações de maneira pedagógica, o papel destes últimos é essencial para o desenvolvimento das políticas públicas e a busca pela equidade no sistema educacional.

Esta dissertação está organizada, além da introdução, em três capítulos. O primeiro capítulo trata do conceito de avaliação externa, sua finalidade e um breve recorte histórico da implementação dessas avaliações no Brasil. Parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), como parâmetro e sua influência para que outros estados brasileiros desenvolvam seus próprios sistemas de avaliação de desempenho. Em seguida, concentra-se no Simave no estado de Minas Gerais, acompanhando as normas pertinentes.

No segundo capítulo, discute-se a utilização dos dados do Simave nas escolas estaduais, evidenciando a falta de apropriação dos resultados das avaliações externas pela equipe escolar. Essa constatação foi realizada por meio da análise dos documentos de registro da escola, que não apresentaram referências a essa questão, como atas de reuniões com a comunidade escolar e registros de reuniões pedagógicas com a equipe escolar (Módulo II).

No terceiro capítulo, de caráter analítico, são apresentados os pressupostos teóricos e metodológicos que sustentam esta pesquisa. Para tanto, a discussão parte dos seguintes conceitos: apropriação de resultados, gestão escolar e formação continuada de professores, para estabelecer compreensão e conexão entre o problema de pesquisa (caso de gestão) e a teoria. Igualmente, são apresentadas as opções metodológicas da pesquisa completa, assim como aquelas relativas à execução da pesquisa de campo, incluindo os atores pesquisados e os instrumentos selecionados para a coleta de dados com o propósito de investigar o problema.

Após a aplicação dos instrumentos de pesquisa, que neste caso foram entrevistas semiestruturadas com as supervisoras pedagógicas e professores das turmas do 9º ano do Ensino Fundamental, realizou-se uma análise dos dados coletados e, a partir daí, elaborou-se um Plano de Ação Educacional (PAE) com o

objetivo de propor estratégias que possam reverter a situação de baixo rendimento dos estudantes nas avaliações externas.

2 A AVALIAÇÃO EXTERNA NO BRASIL: O SAEB E A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÕES EXTERNAS NOS ESTADOS

Este capítulo visa apresentar o caso de gestão pesquisado na escola estadual, utilizando as evidências obtidas por meio da investigação em fontes primárias, como documentos gerados pela instituição, que incluem atas de reuniões pedagógicas coletivas entre a gestão e os docentes (Módulo II), além de atas de reuniões entre a direção da escola e o serviço pedagógico, com o propósito de investigar a apropriação dos resultados das avaliações externas do Simave/Proeb.

Este capítulo é composto por três seções: a primeira apresenta de maneira sucinta as avaliações externas e o arcabouço normativo e a segunda aborda o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação (Simave). Na terceira seção, é traçado um breve panorama da Secretaria de Estado de Educação e suas divisões em Superintendências Regionais de Ensino, culminando na unidade escolar. Por fim, a quarta seção trata do uso dos dados do Simave na escola estadual, campo de pesquisa.

2.1 AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E O ARCABOUÇO NORMATIVO

Nesta seção, discorre-se, de forma breve, sobre a avaliação externa, incluindo o contexto de seu surgimento no país, assim como a sua contextualização e relevância no âmbito educacional.

A evolução das avaliações na educação brasileira é marcada por importantes reformas e legislações, especialmente após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), em 1988, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996. Essas legislações estabelecem novas diretrizes para a educação e a necessidade de avaliações mais rigorosas e sistemáticas.

A CRFB/88 introduziu princípios fundamentais para a educação, incluindo a ampliação do acesso ao ensino e a valorização da educação pública. Isso gerou um cenário favorável para a implementação de avaliações capazes de monitorar a qualidade educacional. Nesse contexto, a LDB estabeleceu as bases para um sistema educacional mais articulado e coerente. As avaliações passaram a ser reconhecidas como instrumentos essenciais para garantir a qualidade da educação, promovendo

não apenas a aprendizagem, mas também a responsabilidade das instituições de ensino.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, o artigo 206 definiu que a educação deve ser oferecida com base, entre outros princípios, na “garantia de padrão de qualidade” (Brasil, 1988, p. 124). Dessa forma, com a intenção de aferir a qualidade da educação, foram elaboradas avaliações externas, que servem como instrumento para gerar indicadores educacionais, possibilitando acompanhamento e controle social, visto que os dados são disponibilizados ao público. Desde o processo de redemocratização do país, surgiram avaliações externas de forma experimental em alguns estados, conforme afirma Werle (2011, p. 6):

É no ano de 1988 que são ensaiadas as experiências de avaliação externa na Educação Básica que, com reformulações importantes, ainda hoje estão em vigor. O Ministério da Educação (MEC) realiza uma aplicação piloto do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público (Saep) de 1º grau, nos estados do Paraná e Rio Grande do Norte.

No início da década de 1990, diversas reformas educacionais foram implementadas, muitas das quais foram impulsionadas por influências externas, como o Banco Mundial e o Fórum Mundial. Esses agentes defenderam a adoção da avaliação externa como forma de assegurar a eficiência e a eficácia dos sistemas educacionais, propondo uma gestão voltada para resultados. O Banco Mundial, em particular, incentivou a adoção de práticas de gestão orientadas para resultados, o que reforçou a importância das avaliações na formulação de políticas educacionais. Essa influência resultou na sugestão de que os países implementassem avaliações regulares e sistemáticas como forma de garantir a *accountability*³ e a transparência.

Após a CRFB/88, o sistema educacional brasileiro passou por significativas reformas. A LDB de 1996 consolidou princípios como a igualdade de acesso à educação e a valorização dos profissionais da educação. Nesse contexto, a necessidade de avaliar a qualidade da educação tornou-se evidente, levando à criação de instrumentos que pudessem fornecer dados sobre o desempenho das

³ De acordo com Brooke (2006), *accountability* refere-se à responsabilização, na qual se tornam acessíveis ao público as informações relacionadas ao trabalho das escolas, e os gestores, assim como outros membros da equipe escolar, são vistos como corresponsáveis pelo nível de desempenho obtido pela instituição. Neste caso específico, a *accountability* educacional.

escolas. A importância das avaliações é reiterada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), publicada em 1996, que explicita em seu artigo 9º a incumbência da União em assegurar a realização de um processo nacional de avaliação do rendimento escolar nos níveis fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (Brasil, 1996, p. 4). Desta forma, reafirma-se a relevância das avaliações como instrumento de aferição da qualidade da educação, bem como pela capacidade geradora de instrumentos para acompanhamento do rendimento escolar.

Dentre os marcos presentes na formulação e na implementação das políticas educacionais brasileiras nas duas últimas décadas, as avaliações externas se destacam por serem um elemento comum em propostas de outros países, refletindo sua inclusão em uma agenda global. Além de outros objetivos, as iniciativas de avaliação associam-se à promoção da qualidade do ensino, estabelecendo, em última instância, novos parâmetros de gestão dos sistemas educacionais (Bonamino; Sousa, 2012).

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) foi criado em 1990 como uma resposta à necessidade de informações precisas sobre a educação no Brasil. O Saeb visa avaliar a qualidade do ensino e identificar as desigualdades existentes entre as diferentes regiões do país. Ele parte do princípio de que, para melhorar a educação, é imprescindível entender as deficiências e as qualidades do sistema. O Saeb surge em um contexto de crescente preocupação com os resultados educacionais, influenciado pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia. Esta conferência ressaltou a importância de garantir uma educação de qualidade para todos, estimulando os países a desenvolverem suas avaliações para acompanhar o progresso e, assim, enfatizando a necessidade de monitoramento e avaliação no campo educacional.

Em 2007, foi instituído o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que consolidou e ampliou as avaliações já existentes, estabelecendo metas claras para a educação básica. O Ideb é uma ferramenta que combina dados sobre o fluxo escolar (aprovações e reprovações) a resultados de testes de desempenho, permitindo uma análise mais completa da qualidade da educação. O Ideb permite uma análise mais abrangente do desempenho educacional, atuando como uma ferramenta crucial para monitorar o progresso e direcionar as políticas educacionais.

Como apontam Frigotto e Ciavatta (2003), as reformas educacionais ocorridas na década de 1990, no Brasil, concentraram na expansão do acesso à educação e na melhoria da qualidade do ensino. Desde então, a utilização de avaliações externas intensificou-se, refletindo a pressão por resultados em um cenário global em que a eficiência e a eficácia das políticas públicas são cada vez mais demandadas. Entretanto, uma abordagem que enfoque somente no entendimento das avaliações externas como uma pressão para obter resultados pode ser superficial, fazendo com que essas avaliações sejam percebidas como mero cumprimento das metas estabelecidas, reduzindo sua potencialidade de melhorar a qualidade do ensino.

É fundamental que as escolas considerem as avaliações não apenas como um meio de aferir seu desempenho, mas como uma oportunidade para refletir e aprimorar suas práticas educativas. As avaliações externas introduzem no âmbito educacional uma perspectiva para avaliar e diagnosticar o desempenho dos alunos de forma mais objetiva, utilizando médias de proficiência, padrões de desempenho e aferindo um conjunto de habilidades definidas por matrizes de referência.

Conforme Bonamino e Sousa (2012), a aplicação de testes educacionais sempre ocorreu para avaliar e desenvolver um conjunto de regras, informações e diretrizes dentro do contexto escolar. É conhecido que, no contexto educacional, a avaliação visa identificar as aptidões, bem como as dificuldades referentes a determinados assuntos. Além disso, refere-se a um processo contínuo, que busca sempre aperfeiçoar o que for necessário, tanto em relação à evolução cognitiva quanto à evolução social do indivíduo. Segundo Werle (2011, p. 22):

O projeto de avaliação externa em desenvolvimento desde o final da década de 1980, desdobrado ao longo de vinte anos, é reforçado a partir de 2005. Reforçado por receber importante legitimação a partir de ações pragmáticas vinculadas ao ranqueamento de instituições, escolas, redes municipais e estaduais, à liberação de recursos, à valorização da “transparência” para a sociedade e à necessidade de qualificação da educação. Reforçado pela criação de novos índices e sistemas de seleção que valorizam os resultados de outras avaliações, que instituem novos parâmetros de comparações entre as instituições do sistema educacional.

Desde que foram estabelecidas as avaliações em níveis nacional e estadual, juntamente com o monitoramento e a classificação das instituições de ensino, surgiram programas e projetos voltados para a melhoria da qualidade da educação. A

adoção na esfera nacional já resultou em vantagens e conquistas, e, a partir desse momento, as esferas estaduais e municipais também têm sua parcela de contribuição, que é de sua competência. Nesse sentido, Machado (2024, p. 23) ressalta que:

As avaliações externas devem ser compreendidas como instrumentos estratégicos para a gestão da educação, uma vez que seus resultados são a base para o desenvolvimento de políticas e estratégias voltadas, dentre outras coisas, para a melhoria da qualidade da educação tanto no nível macro, quanto no nível micro do sistema educacional. Há uma relação direta entre qualidade do ensino e desempenho das escolas públicas. É importante entender que, para haver melhoria, é imprescindível que se analise a qualidade da educação, atentando-se para os pontos mais desfavoráveis.

As avaliações externas têm diversas finalidades, de acordo com Brooke e Cunha (2011), entre as quais se incluem: avaliar e orientar a política educacional; informar as escolas sobre a aprendizagem dos alunos e definir estratégias para a formação continuada para informar a sociedade; definir a alocação de recursos para políticas de incentivos salariais; integrar a política de avaliação dos docentes para a certificação de alunos e escolas. Percebe-se que seus objetivos são amplos, porém, voltados para a melhoria e qualidade da educação, perpassando por camadas distintas dentro do contexto educacional. Nas palavras de Brooke e Cunha (2011, p. 21):

As avaliações podem acontecer em nível estadual, municipal ou escolar e podem ser para efeitos tanto somativos, para determinar as consequências de determinadas políticas, como formativos, para corrigir os rumos de programas em andamento. A essas utilidades pode-se acrescentar as funções de planejamento e monitoramento, que também pressupõem a projeção e análise dos resultados ao longo de um período de tempo. Conjuntamente, todas essas diligências expressam o propósito de usar os resultados para avaliar e orientar a ação do próprio governo em nível mais sistêmico.

Assim, as áreas em que as avaliações acontecem, novamente, atravessam diferentes níveis, neste caso, os três níveis de governo: nacional, estadual e municipal. É importante frisar que a excelência do ensino resulta da colaboração de vários espaços e atores que, ao unirem esforços, buscam promover melhorias. Ao diferenciar funções em diferentes níveis, o uso de avaliações na escola como uma estratégia permite que os professores, a equipe pedagógica e a gestão possam verificar o ensino e a aprendizagem. Além do campo educacional, no que diz respeito

aos setores públicos, as avaliações possuem a função de analisar programas governamentais que estão em execução, bem como aqueles que estão em fase de planejamento, os quais, por sua vez, são idealizados com base nos resultados das avaliações.

Outra questão a ser ressaltada é que algumas avaliações têm a finalidade de monitoramento, enquanto outras visam diagnósticos. Ambas são relevantes para o sistema educacional, conforme mencionado por Brooke e Cunha (2011, p. 30):

A preocupação com a qualidade da Educação Básica está no cerne dos programas subnacionais de avaliação. Apesar de usarem instrumentos descendentes do Saeb, que são fundamentalmente de monitoramento e não de diagnóstico, todos têm como objetivo explícito fornecer feedback aos professores de sala de aula e ajudar na busca de soluções para superar as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Segundo Lopes (2007 *apud* Bonamino; Sousa, 2012, p. 377):

Paralelamente, enquanto o MEC desenvolvia uma avaliação da educação básica de base amostral, Estados e municípios sentiam a necessidade de implantar avaliações que atingissem todas as escolas. Tal necessidade fez com que vários Estados adotassem seus próprios sistemas de avaliação. O Estado de Minas Gerais, por exemplo, criou [...], o Sistema de Avaliação da Educação Pública (Simave), e o Ceará, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaece), em 1992. Várias outras iniciativas estaduais e municipais vêm sendo conduzidas desde então. No caso das unidades federadas, 14 das 27 possuíam, em 2007, sistemas próprios de avaliação.

A gestão para resultados tornou-se um foco central, estimulando as escolas a se comprometerem com a apropriação e a utilização dos resultados das avaliações. Esta abordagem implica que as instituições de ensino não somente realizem avaliações, mas também empreguem os dados obtidos para promover melhorias contínuas no ensino e na aprendizagem.

Com a finalidade de acompanhar os dados de fluxo e rendimento escolar, além de promover intervenções benéficas em ambos os indicadores, assim como fazem os outros estados e o governo federal, o estado de Minas Gerais criou ferramentas de acompanhamento administrativo e pedagógico, denominados Sistema Mineiro de Administração Escolar (Simade) e Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave).

São dois sistemas baseados nas tecnologias da informação e comunicação (TICs), denominados Simade e Simave, considerados a base tecnológica para a realização de trabalhos padronizados de gestão nas esferas administrativa (Simade) e pedagógica (Simave). A busca por uma confluência entre os trabalhos desses dois sistemas é fundamental para que seus objetivos sejam alcançados, uma vez que o Simade deve fornecer ao Simave as informações adequadas para operar da melhor forma possível (Stroppa, 2022).

De acordo com Lima (2022), o Sistema Mineiro de Administração Escolar (Simade) foi implementado em 2008 pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), nas escolas da rede pública estadual de Minas Gerais.

Segundo Stroppa (2022), o estado de Minas Gerais está empenhado em ajustar sua sistemática de administração escolar, visando a adequação à crescente informatização das atividades escolares. Isso resultou na Resolução nº 1.180, datada de 28 de agosto de 2008, que “estabelece as diretrizes e dá orientações para implantação, manutenção e atualização de dados no Sistema Mineiro de Administração Escolar – Simade” (Minas Gerais, 2008). Por meio desta resolução, a SEE/MG procura “dotar a rede estadual de ensino de sistema padronizado de gestão de processos administrativos e educacionais informatizado” (Minas Gerais, 2008). O sistema de gestão informatizado, portanto, torna-se padrão para as escolas estaduais, tendo como uma de suas premissas auxiliar os diretores e outros gestores da rede estadual na tomada de decisões, com base nas informações obtidas por esse meio.

2.2 O SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA (SIMAVE)

Nesta seção, apresenta-se uma breve descrição acerca do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação (Simave), desde a sua criação, e sua relevância para a construção de uma educação pública de qualidade no estado de Minas Gerais. Em Minas Gerais, o Simave foi criado para adaptar e promover uma avaliação mais integrada e voltada à realidade das instituições de ensino do Estado.

O Simave foi criado em 2000, em colaboração com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora

(CAEd/UFJF), visando subsidiar as políticas públicas educacionais. Os dados disponibilizados pela plataforma apoiam os gestores na tomada de decisão visando aprimorar o aprendizado e elevar os indicadores educacionais das instituições de ensino do estado de Minas Gerais. Para atingir esse objetivo, o Simave utiliza um conjunto de avaliações formativas e somativas. Este sistema inclui avaliações diagnósticas e intermediárias, aplicadas pelo Centro de Avaliação e Desenvolvimento da Educação (CAEd) e têm a finalidade de monitorar o desempenho dos estudantes e auxiliar no processo de ensino e aprendizagem. Portanto, essas avaliações são cruciais para identificar o nível de aprendizagem dos estudantes e orientar as práticas pedagógicas.

Todas as escolas estaduais e municipais de Minas Gerais participam do Simave, cujo objetivo é identificar anualmente o nível de conhecimentos e habilidades que os alunos conseguem alcançar. Por meio do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb), foram avaliados, em um primeiro momento, o 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, assim como o 3º ano do Ensino Médio. Subsequentemente, em 2006, as turmas do 2º e 3º anos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais foram incorporadas ao Simave, resultando na criação do Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa), que atualmente é realizado apenas no 2º ano.

No entanto, para que o Programa contribua de maneira eficaz, é imprescindível que a escola (gestores, professores e equipes pedagógicas) utilize as informações provenientes dos resultados para desenvolver ações de aprimoramento. As avaliações formativas, em particular, desempenham um papel vital nesse contexto.

A importância da avaliação formativa se destaca na possibilidade de realizar intervenções pedagógicas antes que as dificuldades se tornem lacunas significativas no processo de aprendizagem. De acordo com Black e Wiliam (1998 *apud* Silva; Gallon, 2019), a utilização eficaz dos dados obtidos a partir das avaliações formativas pode promover melhorias substanciais na aprendizagem dos alunos, pois orientam os educadores a modificarem suas estratégias de ensino e a personalizar o suporte oferecido aos estudantes.

Ao permitir que as escolas compreendam de forma mais clara os resultados das avaliações, os gestores e professores podem planejar ações direcionadas para aprimorar o aprendizado, potencializando assim a eficácia do ensino. A intervenção realizada enquanto o estudante continua na escola é essencial para que ele consiga

superar suas dificuldades e alcançar os objetivos de aprendizado propostos. Isso é particularmente importante, porque, como ressaltam Perrenoud (1998) e outros autores, a intervenção no processo de aprendizado deve ser realizada enquanto o aluno se encontra na escola, permitindo que ele desenvolva as competências necessárias para seu futuro acadêmico e profissional.

As avaliações somativas ocorrem ao final de um ciclo de ensino e são utilizadas para mensurar o conhecimento adquirido pelos estudantes, servindo como um critério de avaliação mais formal. Conjuntamente, essas avaliações proporcionam um panorama completo do desempenho escolar, sendo essenciais para a identificação de áreas que requerem maior atenção e suporte. Ao utilizá-las de forma reflexiva e ativa, as escolas podem transformar dados em ações que promovam a aprendizagem significativa e a inclusão no ambiente educacional.

A necessidade de a escola assumir o compromisso com a apropriação dos resultados está relacionada à responsabilidade na educação e ao papel transformador da instituição. Quando a escola se compromete com a análise e a interpretação dos resultados de aprendizagem, ela não apenas identifica áreas que precisam de melhorias, mas também valoriza o progresso dos alunos. Assumir esse compromisso é fundamental para que a escola cumpra seu papel de promover uma educação de qualidade e equitativa, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a melhoria do sistema educativo em sua totalidade.

Em resumo, o Simave, por meio de suas avaliações formativas e somativas, disponibiliza recursos para aprimorar a educação. Com isso, a educação se torna mais equitativa e eficiente, preparando os estudantes para os desafios futuros.

2.3 A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, AS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE ENSINO E A UNIDADE ESCOLAR: INSTÂNCIAS EDUCACIONAIS DE MINAS GERAIS

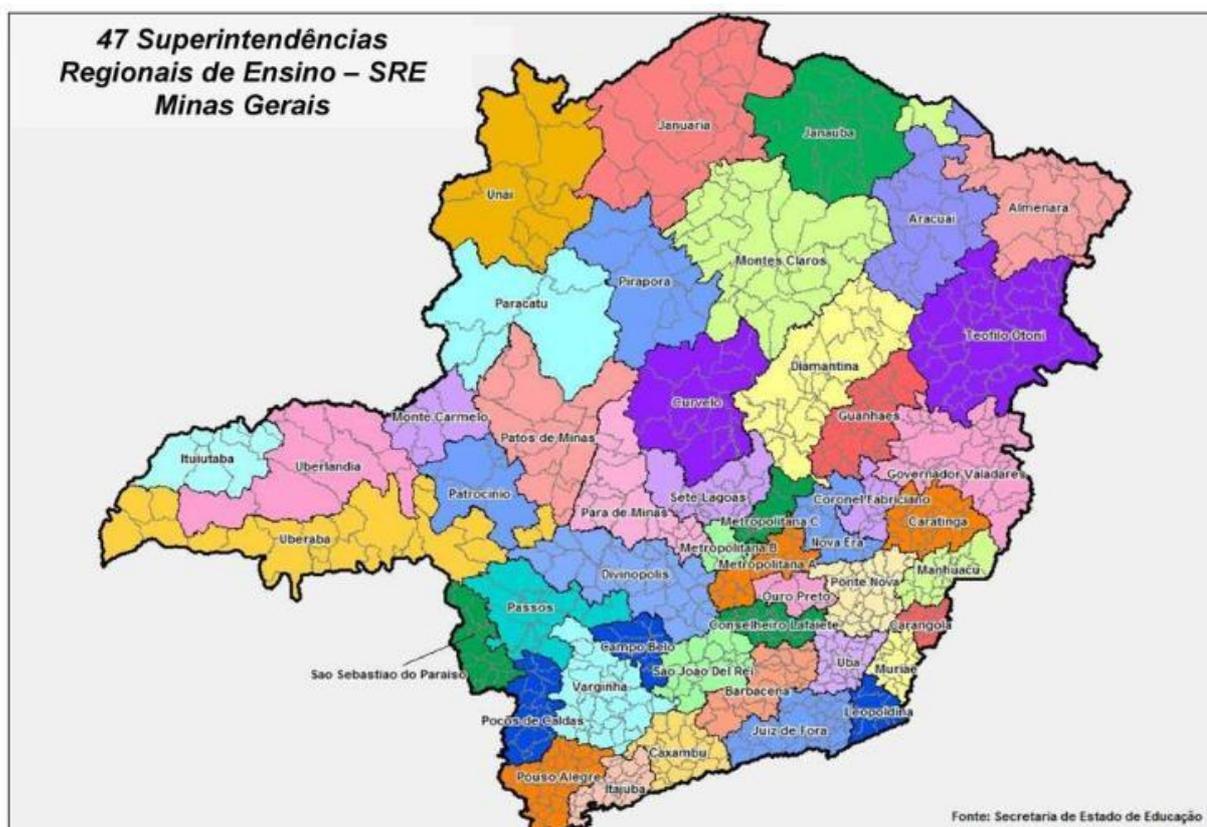
Para facilitar a compreensão do contexto da pesquisa, apresenta-se sinteticamente a estrutura da Secretaria de Estado de Educação (SEE) e o histórico da Escola Estadual de Anos Finais e Ensino Médio, situada na cidade de Lassance, na região norte do estado de Minas Gerais.

A educação no estado de Minas Gerais está sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação, a qual é dividida em 47 Superintendências Regionais de Ensino (SRE). Estas superintendências visam realizar, em âmbito regional, ações de supervisão técnica, orientação normativa, cooperação e articulação, bem como integrar o Estado e os municípios, em consonância com as diretrizes e políticas educacionais. Conforme indica o site da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (Minas Gerais, 2024a), as atribuições das SRE são:

- I – promover a coordenação e implantação da política educacional do Estado no âmbito de sua jurisdição;
- II – orientar as comunidades escolares e prefeituras municipais na elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos educacionais;
- III – promover o desenvolvimento de recursos humanos em consonância com as diretrizes e políticas educacionais do Estado;
- IV – coordenar os processos de organização do atendimento escolar e de apoio ao aluno;
- V – propor a celebração e acompanhar a execução de convênios e contratos e termos de compromisso;
- VI – aplicar as normas de administração de pessoal, garantindo o seu cumprimento na respectiva jurisdição;
- VII – planejar e coordenar as ações administrativas e financeiras necessárias ao desempenho das suas atividades;
- VIII – coordenar o funcionamento da Inspeção Escolar no âmbito da sua jurisdição;
- IX – coordenar e promover a produção de dados e informações educacionais na sua jurisdição;
- X – exercer outras atividades correlatas.

A Figura 1 apresenta um mapa que demonstra a localização das regionais de ensino do estado de Minas Gerais.

Figura 1 – Mapa de distribuição das superintendências regionais de ensino



Fonte: Universidade Estadual de Montes Claros (2020).

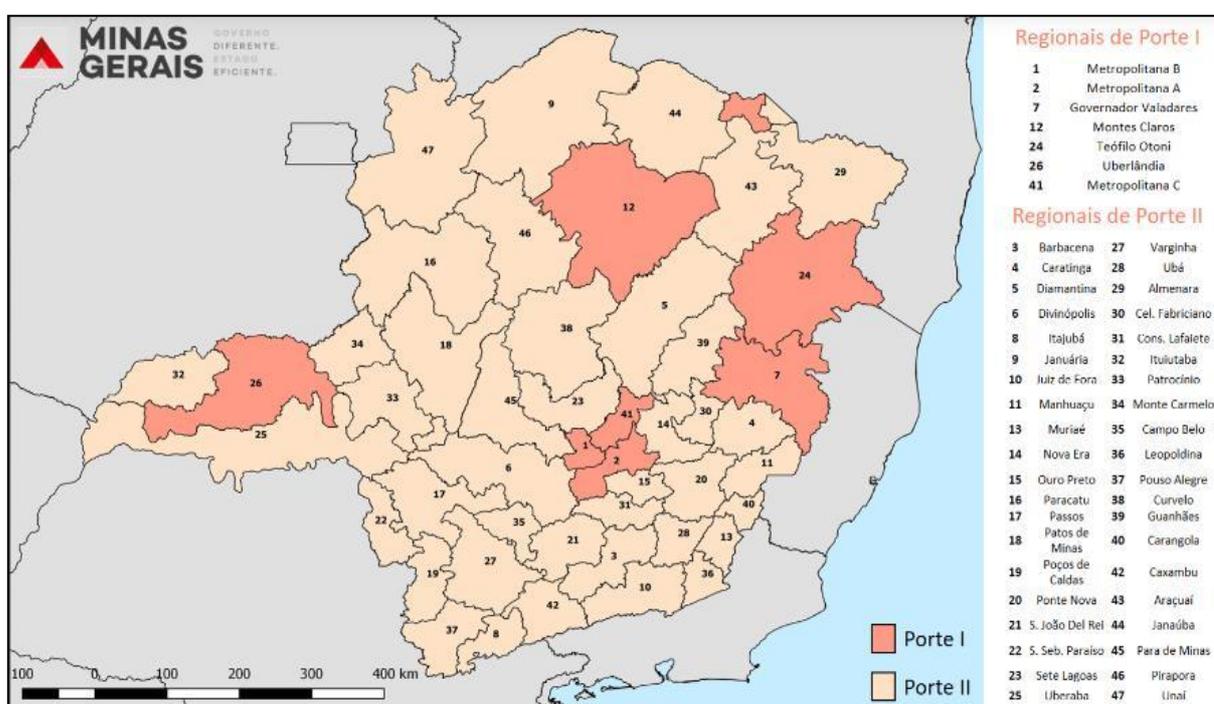
Conforme a estrutura organizacional da SEE/MG, as superintendências regionais de ensino são classificadas em Porte I e II, sendo que o Porte I abrange até sete unidades (Diretoria Administrativa e Financeira; Diretoria Educacional – Área A; Diretoria Educacional – Área B; e Diretoria de Pessoal). As de Porte II, até o limite de 48 unidades (Diretoria Administrativa e Financeira; Diretoria Educacional; e Diretoria de Pessoal). Com o apoio das equipes das superintendências regionais de ensino, os analistas pedagógicos das diretorias educacionais desempenham uma função relevante na execução das avaliações externas em larga escala, tanto em níveis estaduais quanto federais, e a organização dessas equipes varia conforme o porte da regional, definido pelo número de escolas e estudantes atendidos.

As superintendências são classificadas em Porte I e Porte II com base na quantidade de unidades administrativas (e não necessariamente unidades escolares) que estão sob sua jurisdição. Essas unidades referem-se às diretorias que compõem a estrutura interna das SRE, como a Diretoria Administrativa e Financeira, a Diretoria Educacional e a Diretoria de Pessoal.

Essa classificação pode ser encontrada na estrutura orgânica da SEE/MG, como mencionado em documentos oficiais, incluindo aqueles disponíveis no site da Secretaria de Educação de Minas Gerais. A distinção entre Porte I e Porte II auxilia na estruturação da gestão educacional, considerando a complexidade e a dimensão das regiões atendidas por cada SRE.

A Figura 2 mostra a categorização das SRE conforme o porte. Atualmente, existem sete regionais classificadas como de Porte I, que são: Metropolitana A, Metropolitana B, Metropolitana C, Governador Valadares, Montes Claros, Teófilo Otoni e Uberlândia. As outras 40 regionais estão classificadas como Porte II.

Figura 2 – Classificação das Superintendências Regionais de Ensino



Fonte: Site da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (recurso on-line).

No contexto deste trabalho, a escola pesquisada está sob a jurisdição da SRE Curvelo, situada na região central de Minas Gerais. Essa SRE é considerada de Porte II e está organizada em seis setores: Gabinete, Inspeção Escolar, Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE), Diretoria Administrativa e Financeira (DAFI), Diretoria de Pessoal (DIPE) e Diretoria Educacional (DIRE). Desenvolve suas atividades em 11 municípios da região central e um da região norte de Minas Gerais, onde foi realizada a pesquisa, conforme os dados apresentados na Tabela 1. A instituição tem sob sua

supervisão 39 escolas estaduais, além de uma unidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar (CTPM-MG), localizada na sede da SRE. Também estão incluídas escolas municipais, instituições privadas e o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), que igualmente se encontra na sede da regional. O atendimento do CEFET está restrito a aspectos de caráter administrativo e de pessoal, no que se refere à capacitação de servidores e ao funcionamento das unidades de ensino.

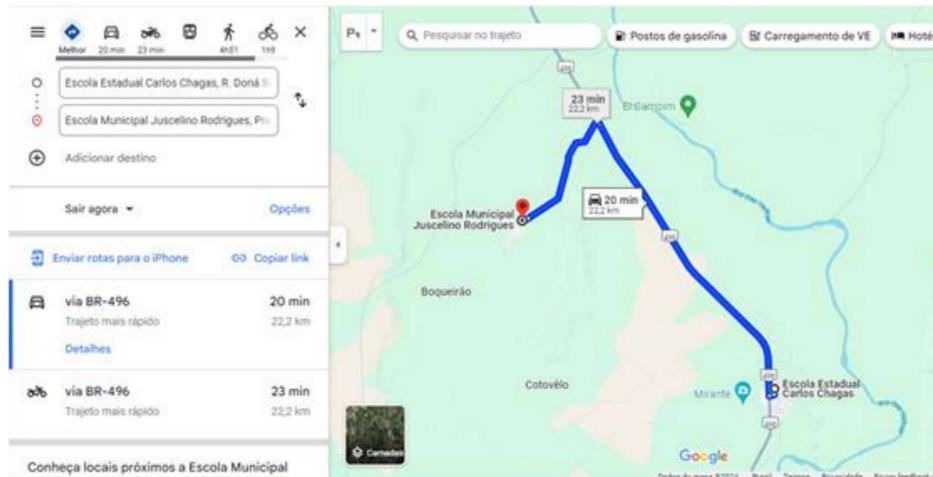
Tabela 1 – Superintendência Regional de Ensino de Curvelo

Nome dos municípios jurisdicionados	Identificação da regional	Número de escolas	Número de municípios da jurisdição
Augusto de Lima Buenópolis Corinto Curvelo Felixlândia Inimutaba Joaquim Felício Lassance Morro da Garça Presidente Juscelino Santo Hipólito Três Marias	Curvelo	40	12

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos do site da SRE Curvelo.

Ao comparar com outras SRE, a regional abrange um número limitado de municípios e atende a poucas unidades de ensino, o que não indica que a demanda não exija um certo grau de complexidade e esforços contínuos de todos os seus servidores para a melhoria da qualidade da aprendizagem. Entre as 39 unidades de ensino que pertencem a esta regional, encontra-se a escola que está sendo analisada, localizada na cidade de Lassance, na região norte de Minas Gerais. É importante destacar que a escola possui um anexo situado em uma comunidade rural, localizado a 22 km da sede, conforme ilustrado na Figura 3, obtida por meio da ferramenta Google Mapas.

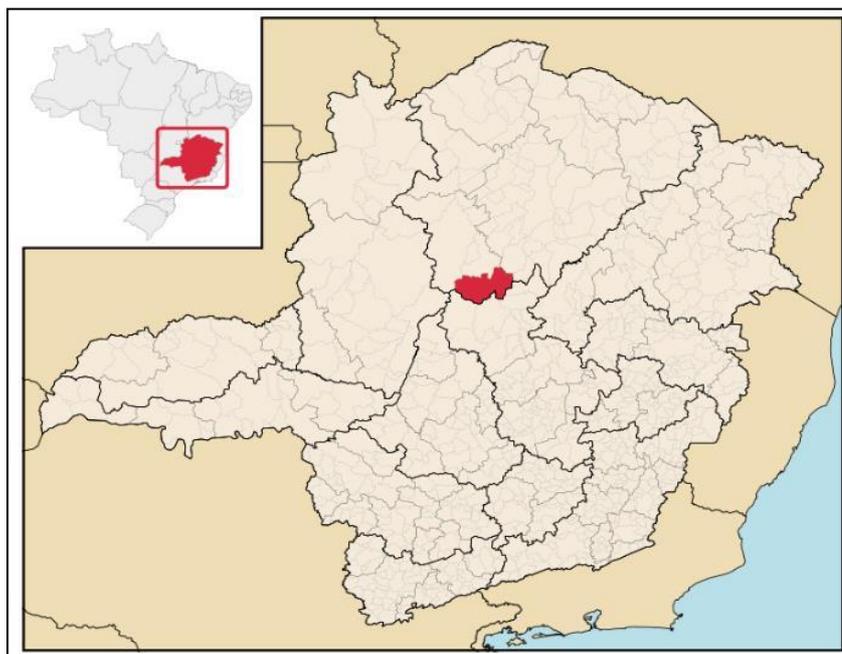
Figura 3 – Distância entre a sede da Escola Estadual Carlos Chagas e o anexo rural



Fonte: Google Mapas (recurso on-line).

A Figura 4 ilustra a posição do município de Lassance no estado de Minas Gerais, sendo a primeira cidade situada do norte desse Estado. Apesar de sua localização, está sob a jurisdição da SRE Curvelo, que integra a região central, pertencente exclusivamente à área educacional dessa região. As demais áreas de atuação, tanto a estadual quanto a federal, estão dentro da abrangência da região norte.

Figura 4 – Localização do município de Lassance no estado de Minas Gerais



Fonte: Wikipédia (2024).

A instituição de ensino foi estabelecida pelo Decreto Estadual nº 7.822, datado de 21 de agosto de 1964, oferecendo inicialmente quatro séries do Ensino Fundamental, anteriormente conhecido como 1º grau. Em 1979, começou a operar o Ensino Fundamental completo até a 8ª série e, em 1992, foi autorizada a criação do 2º grau/Ensino Médio. Até o ano de 2023, a escola oferecia o Ensino Fundamental e o Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Entre os anos de 2015 e 2023, foram oferecidos cursos técnicos subsequentes e concomitantes nas áreas de Magistério (Educação Infantil e Anos Iniciais), Administração, Agronegócio e Segurança do Trabalho.

Atualmente, a sede da escola disponibiliza as seguintes etapas da educação básica: Ensino Fundamental – Anos Finais (Parcial) e Ensino Médio (Parcial e em Tempo Integral); Educação Profissionalizante com o curso Técnico em Informática – concomitante/subsequente e integrado ao Ensino Médio (ambas as modalidades tiveram início no ano de 2023). No povoado rural, são ofertadas as três séries do Ensino Médio Parcial noturno, atendendo alunos da comunidade local e de áreas rurais próximas, conforme informações do Simade no ano de 2023.

Em 2024, a escola registrou 629 estudantes matriculados em seus três turnos de funcionamento, nas modalidades mencionadas anteriormente. Estes alunos estão distribuídos em 12 turmas de Ensino Fundamental – Anos Finais, com seis turmas pela manhã e seis turmas à tarde. Atualmente, existem cinco turmas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), seis turmas de Ensino Médio Regular Noturno – distribuídas entre a sede e o anexo rural no povoado de Brejo – além de duas turmas de educação profissional, uma voltada para Agronegócio e outra para Técnico em Informática.

Ademais, a escola possui uma Sala de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que atende a 12 estudantes, tanto da própria escola quanto da rede municipal de ensino, nas modalidades regular e integral (Simade, 2023). A Tabela 2 mostra como estão organizadas as turmas e as modalidades de ensino disponíveis na instituição, além do número de alunos que estão matriculados.

Tabela 2 – Distribuição das turmas, turnos e quantitativo de estudantes

Unidade	Etapas	Modalidade	Turmas	Turno	Quantidade de estudantes matriculados	
Sede (cidade)	Ensino Fundamental	Regular	6º ano	Manhã	19	
		Regular	7º ano		23	
		Regular	8º ano		19	
		Regular	8º ano		26	
		Regular	9º ano		25	
		Regular	9º ano		29	
	Ensino Fundamental	Regular	6º ano	Tarde	30	
		Regular	6º ano		29	
		Regular	7º ano		25	
		Regular	7º ano		24	
		Regular	8º ano		18	
	Ensino Médio	Regular	9º ano	Integral*	23	
		Integral	1º ano		32	
		Integral	1º ano		29	
		Integral	2º ano		21	
		Integral	2º ano		32	
	Ensino Médio	Regular	3º ano	Noturno	40	
		Regular	1º ano		34	
		Regular	2º ano		26	
	Educação Profissional	Regular	3º ano		32	
Profissional		Informática	13			
Profissional		Agronegócio	17			
Educação Especial	Regular e Integral	Sala de Recursos Multifuncionais	Manhã/ Tarde	12		
	Ensino Médio	Regular			Noturno	20
		Regular				30
Regular		13				
Anexo (zona rural)						
Total					629	

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos do Simade (2023).

Uma característica importante da instituição é a inclusão de estudantes de uma comunidade remanescente de quilombo. Esses estudantes utilizam transporte escolar, tanto terrestre quanto aquaviário. Os micro-ônibus e lanchas do Programa Caminhos da Escola estão vinculados ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate). Além disso, as balsas são mantidas e geridas pela administração municipal, conforme informações do Educacenso⁴ de 2023.

A gestão da escola é composta por uma diretora, três vice-diretores e uma secretária. No quadro administrativo, existem seis Assistentes Técnicos de Educação Básica (ATB), dos quais três são efetivos e três são contratados, desempenhando funções na secretaria da escola e no setor financeiro/contábil. Fazem parte também da equipe da escola 17 Auxiliares de Serviços Básicos (ASB's), todos eles contratados, cuja função é a manutenção e limpeza das instalações, além da preparação da alimentação escolar. A Tabela 3 apresenta essas informações de forma simplificada e clara.

Tabela 3 – Distribuição dos servidores administrativos

Servidores/Função	Quantitativo
Diretora Escolar	1
Vice-diretor	3
Secretária	1
Assistentes Técnicos de Educação Básica (ATB's)	6
Auxiliares de Serviços da Educação Básica (ASB's)	17
Total de servidores	28

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos do Sistema de Controle de Tabela de Pessoal: Sysadp (Minas Gerais, 2023c).

⁴ O Educacenso é um sistema eletrônico destinado à coleta de dados educacionais, constituído por um aplicativo web. Este sistema possibilita a coleta, migração e alteração de informações escolares em todo o Brasil, além de contar com um banco de dados relacional que armazena de forma sistemática todas essas informações. O Educacenso é uma inovação, pois consiste em um banco de dados exclusivo, de abrangência nacional, alimentado por dados e informações provenientes diretamente das escolas, por meio da internet (Brasil, 2011).

Em 2024, a equipe de professores consistia em 49 membros, sendo que 41 deles atuavam na Educação Regular, Integral e Profissional; cinco na modalidade de Educação Especial, exercendo funções como professores de apoio e de Sala de Recursos Multifuncionais; e três professoras eram responsáveis pelo Ensino e Uso de Biblioteca (PEUB). A escola possui cinco Especialistas em Educação Básica/ Supervisoras Pedagógicas (EEB/SP) que atuam em todas as modalidades e turnos de funcionamento da instituição (Tabela 4).

Tabela 4 – Profissionais do magistério (professores e supervisores)

Servidores/função	Quantitativo
Professores Regentes de Aulas	41
Professores de Ensino e Uso de Biblioteca	3
Professores da Educação Especial	5
Especialistas em Educação Básica/Supervisoras	5
Total de servidores do magistério	54

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos do Sistema de Controle de Tabela de Pessoal: Sysadp (Minas Gerais, 2023c).

Em relação à formação dos professores da Escola Estadual do Ensino Fundamental – Anos Finais, considerando os microdados de 2023 do Educacenso, observa-se que o conjunto de professores que atua no Ensino Fundamental possui formações distribuídas em diferentes categorias, como pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5 – Percentual de formação dos docentes que atuam no Ensino Fundamental na escola pesquisada

Nível de formação	Percentual
Formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona	57,4
Formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona	33,3
Formação superior não considerada nas categorias anteriores	5,6
Sem formação superior	3,7

Fonte: Dados de 2023 do Educacenso (Censo Escolar).

A Tabela 5 apresenta os percentuais de nível de formação dos docentes atuantes no Ensino Fundamental, destacando que a maioria possui formação superior de licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica na mesma área da disciplina que leciona, representando 57,4% do total. Ainda assim, uma parcela significativa, equivalente a 33,3%, leciona em áreas diferentes daquelas em que se formaram. Os dados também revelam que apenas 5,6% dos docentes possuem formação superior que não se enquadra nas categorias anteriores, enquanto 3,7% não têm formação superior. Esses números apontam para desafios relacionados à qualificação dos profissionais da educação, evidenciando a necessidade de políticas voltadas para a formação continuada e o alinhamento entre a formação acadêmica e a área de atuação docente.

A Tabela 6 apresenta a porcentagem de qualificação dos professores que atuam no Ensino Médio da escola pesquisada.

Tabela 6 – Percentual de formação dos professores que atuam no Ensino Médio na escola pesquisada

Nível de formação	Percentual
Formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona	60,3
Formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona	14,5
Formação superior não considerada nas categorias anteriores	15,3
Sem formação superior	9,9

Fonte: Dados de 2023 do Educacenso (Censo Escolar).

Analisando os dados da Tabela 6, observa-se que o Ensino Médio apresenta uma maior proporção de docentes com formação superior de licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica na mesma área da disciplina que lecionam (60,3%) em comparação ao Ensino Fundamental, que registrou 57,4% na Tabela 5. Este aumento, embora modesto, evidencia um cenário mais favorável no Ensino Médio em relação à formação docente adequada. Por outro lado, os percentuais de docentes sem formação superior são significativamente mais elevados no Ensino Médio (9,9%) em relação ao Ensino Fundamental (3,7%), o que indica um

desafio considerável para garantir a qualificação docente nesta etapa de ensino. Além disso, há uma redução expressiva na proporção de docentes com formação em área diferente (14,5% no Ensino Médio versus 33,3% no Ensino Fundamental), o que reflete um esforço maior na alocação de profissionais mais alinhados com suas respectivas disciplinas no Ensino Médio.

Após a descrição e contextualização da escola, serão abordados alguns aspectos relacionados à gestão pedagógica e ao papel do especialista em educação. Eles exercem funções de extrema importância no processo formativo dos educadores, bem como no processo educativo dos alunos, no alcance de resultados, assim como na luta contra a evasão escolar e o baixo desempenho acadêmico.

No contexto da gestão escolar em Minas Gerais, a função do diretor, do vice-diretor e dos supervisores é fundamental para o funcionamento eficiente das instituições de ensino, ainda que esses cargos não sejam exercidos por meio de eleições diretas. Para ser indicado ao cargo de diretor escolar, existe um processo de certificação profissional em que são aplicadas provas por agentes externos. Essas avaliações testam conhecimentos técnicos sobre legislação e habilidades práticas, mas não garantem a nomeação para a função. Em vez disso, geram uma lista de servidores que estão aptos para o cargo em comissão, cujas nomeações ficam a critério do governador do Estado. Para o cargo de diretor de escola e a função gratificada de vice-diretor, essa é a regra, ao passo que o cargo de especialista em educação básica (supervisor pedagógico) é uma carreira do magistério, e o ingresso ocorre preferencialmente por meio de concurso público que inclui provas e títulos. Contudo, existem servidores contratados, o que prejudica a realização das funções devido à alta rotatividade.

Conforme afirma Libâneo (2012 *apud* Machado, 2012, p. 74),

O diretor, como o próprio nome sugere, “é o dirigente e principal responsável pela escola, tem a visão do conjunto, articula e integra os vários setores”. O coordenador “responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico-didático em ligação direta com os professores, em função da qualidade do ensino”.

O diretor é a figura central na gestão da escola. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o diretor tem a responsabilidade de administrar a unidade escolar, coordenar as atividades pedagógicas e promover a articulação

entre a escola e a comunidade. Em Minas Gerais, a Resolução SEE n° 4.037/2019 ressalta que o diretor deve criar um ambiente escolar que incentive a aprendizagem e o desenvolvimento completo dos alunos, além de gerir os recursos humanos e financeiros da escola.

O vice-diretor atua como um auxiliar do diretor e assume a direção na ausência deste. A função do vice-diretor é garantir a continuidade das atividades administrativas e pedagógicas. Em muitas escolas, essa figura é crucial para a implementação de projetos e para a manutenção da disciplina, atuando ainda como um apoio nas decisões cotidianas. A Resolução SEE n° 4.037/2019 estabelece que o vice-diretor deve colaborar na gestão e supervisionar as atividades da escola, especialmente nas questões pedagógicas (Minas Gerais, 2019).

Os supervisores, apesar de não serem eleitos por votação, desempenham uma função vital na supervisão pedagógica e na capacitação dos professores. Eles têm a função de acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, oferecendo apoio e orientações técnicas aos educadores. Em Minas Gerais, os supervisores também atuam na avaliação de projetos pedagógicos e na implementação de políticas educacionais. Segundo a Resolução SEE n° 4.037/2018, as suas funções incluem a supervisão das atividades curriculares e a coordenação das ações de formação continuada dos professores (Minas Gerais, 2018).

Esses papéis, embora distintos, são interdependentes e essenciais para a promoção de uma educação de qualidade. A articulação entre o diretor, o vice-diretor e os supervisores é fundamental para garantir que a escola atinja seus objetivos pedagógicos e administrativos, contribuindo para a formação integral dos alunos. Quanto aos supervisores pedagógicos, espera-se que atuem em três eixos: articulação, formação e transformação. Como descrito no Portal do Especialista⁵ da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais:

Os Supervisores Pedagógicos e Orientadores Educacionais têm papel estratégico na gestão escolar e na condução das ações pedagógicas das escolas, atuando prioritariamente em três eixos: articulação, formação e transformação. Entre suas competências em cada eixo destacamos: Na articulação: Exercer em unidade escolar a supervisão do processo didático como elemento articulador no planejamento, no monitoramento e na avaliação das atividades pedagógicas, conforme o Projeto Político Pedagógico; Atuar como

⁵ <https://portaldoespecialista.educacao.mg.gov.br/fortalecimento>. Acesso em: 05 ago. 2024.

elemento mediador nas relações interpessoais internas e externas da escola que envolvam os profissionais, os estudantes, seus responsáveis e a comunidade. Na formação: Planejar, executar e coordenar momentos e atividades formativas, cursos e programas internos de aprimoramento profissional e formação em serviço. E na transformação: Problematizar as práticas acadêmicas e as ações executadas em salas de aula pelos docentes, incentivando para que os professores avaliem suas práticas de forma crítica e reflexiva; (Minas Gerais, 2024b, recurso on-line).

Como citado, no eixo da formação, cabe ao supervisor escolar a responsabilidade de gerenciar o processo formativo dos docentes. Contudo, na maioria das vezes, esses encontros formativos tornam-se reuniões que assumem um caráter mais administrativo do que propriamente pedagógico, visto que são geridos de forma compartilhada entre a gestão escolar (direção, vice direção, secretária de escola e as supervisoras pedagógicas), que utiliza esse espaço para alguns informes de natureza administrativa. Dessa forma, são feitos tanto repasses de caráter administrativo, incluindo as diretrizes para a operacionalização do Diário Eletrônico Digital (DED), as rotinas administrativas (organização da escola e decisões coletivas) e as questões de pessoal quando são abordados temas pedagógicos, como oficinas, diretrizes e orientações pedagógicas para a elaboração de projetos, conforme as atas das reuniões do Módulo II (Minas Gerais, 2024b, recurso on-line).

O Módulo II é constituído exclusivamente por atividades de capacitação, planejamento, avaliação, reuniões e outras atribuições do cargo, como o preenchimento de diários, formulários, entre outros. Não deve ser utilizado para substituição eventual de professores, monitoramento de recreio, intervenção pedagógica ou qualquer outra atividade que envolva interação com alunos.

Segundo as orientações contidas no Ofício Circular GS nº 2.663/16, o seu cumprimento é obrigatório para os professores e deve ser programada pela direção escolar, em conjunto com os especialistas de educação básica, visando ao desenvolvimento de temas pedagógicos, administrativos ou institucionais, de forma a atender às diretrizes do Projeto Político Pedagógico. Portanto, o planejamento e a avaliação do processo educacional são temas importantes e fundamentais que merecem ser discutidos durante as horas destinadas às reuniões de caráter mais coletivo, ou seja, reuniões com os todos os professores e demais profissionais da escola envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Neste contexto, destaca-

se a função de formador do coordenador pedagógico, que se torna imprescindível para orientar esse processo.

O Módulo II representa um momento de grande importância no contexto escolar. A duração prevista para a sua execução está especificada em várias normas, conforme mencionado anteriormente na Lei Estadual 20.592/2012, no Decreto Estadual nº 46.125/2013 e, de maneira mais recente, no artigo 7º da Resolução SEE nº 4.789/22, que se refere à carga horária do professor de educação básica, destinada às atividades extraclasse na própria escola ou em local definido pela direção. Com duração de até duas horas semanais, representam um dos principais momentos para a reflexão sobre a prática pedagógica, pois oferecem inúmeras oportunidades para a formação contínua e o fortalecimento das relações interpessoais.

O especialista em educação básica desempenha uma função crucial na coordenação e articulação dos processos de ensino e aprendizagem, sendo corresponsável, junto à direção da escola, pela liderança da gestão pedagógica. Esta gestão deve ser o eixo a nortear o planejamento, a implementação e o desenvolvimento das ações educacionais. A carga horária de trabalho semanal corresponde a um cargo de PEB, com jornada de 24 horas.

Para apoiar o planejamento dessas reuniões, a SEE/MG publicou o documento *“Diretrizes para a organização e realização de reuniões pedagógicas”*, enviado à rede por meio do Memorando-Circular nº 1/SEE/DIEF. O documento recomenda que o especialista em educação básica, em colaboração com a equipe gestora, reflita sobre o potencial dessas reuniões e estruture esses momentos, visando o fortalecimento do trabalho pedagógico que a escola desenvolve, contribuindo para que as reuniões sejam ainda mais eficazes.

Recentemente, em 2024, a Secretaria de Estado de Educação publicou a Resolução SEE nº 4.968, datada de 23 de fevereiro de 2024, que estabelece normas para o cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse pelo professor de educação básica nas escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais. No artigo 1º, parágrafo 2º, a resolução define que são consideradas atividades extraclasse aquelas destinadas a estudos, planejamento, avaliação, formação continuada, reuniões e outras atribuições específicas inerentes ao cargo de professor que não se configuram diretamente ao ato de ensinar, visando o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem.

Após a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, conseqüentemente, com a construção do Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), os Planos de Curso passaram a ser adotados. Este recurso apresenta a organização das habilidades do CRMG conforme o ano de escolaridade, o bimestre e a classificação de níveis de dificuldade.

Assim, desde que este material foi adotado, raramente os professores elaboram o planejamento bimestral como faziam em anos anteriores. Os Planos de Curso facilitam o trabalho pedagógico dos docentes e dos supervisores tanto na execução quanto no acompanhamento do trabalho pedagógico, mas, sobretudo, na elaboração das avaliações internas, principalmente as bimestrais.

Foram realizadas reuniões para o planejamento do referido material, com a condução das supervisoras pedagógicas, conforme registrado nas atas das reuniões mensais analisadas entre os anos de 2019 e 2023. Essas reuniões do Módulo II ocorreram no início do ano letivo de 2024, em fevereiro, e em julho após a finalização do semestre.

Apesar de todas as dificuldades e desafios enfrentados pelas instituições educacionais, de forma geral, ocorreu a suspensão das aulas presenciais nos anos de 2020 e 2021 em razão da pandemia de Covid-19⁶. Com o retorno das aulas presenciais após essa interrupção e a implementação do Regime de Atividades Não Presenciais (REANP), foram fornecidos acolhimento e orientações gerais aos docentes.

Conforme relata Lima, Ramos e Oliveira (2022), foi um período atípico para toda a sociedade mundial, afetando todos os segmentos, incluindo a educação:

No início de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) elevou o estado de contaminação à pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), não em função da gravidade da doença, mas por seu potencial de disseminação e contágio. Diante do grande risco de transmissibilidade, a maior parte dos países adotou formas distintas de isolamento social, que envolveram: suspensão da circulação de pessoas, suspensão das atividades não essenciais, lockdown e o fechamento das escolas. Esse contexto impôs a necessidade de as redes escolares

⁶ Covid -19: Conforme a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), no dia 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo "pandemia" diz respeito à dispersão geográfica de uma enfermidade e não à sua gravidade. A designação reconhece que, naquele momento, havia surtos de Covid-19 em diversos países e regiões do mundo.

implementarem programas de caráter emergencial, que reorganizaram o trabalho escolar estabelecendo a continuidade do processo educativo e da carga horária letiva, visando garantir a aprendizagem dos estudantes de forma não presencial (Brasil, 2020a, p. 2).

Por meio da Resolução nº 4.310/2020, a Secretaria de Educação regulamentou a oferta do Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP) durante a emergência causada pelo coronavírus (Covid-19), a fim de atender à carga horária mínima exigida pelo parágrafo 1º do artigo 1º.

O Regime Especial de Atividades Não Presenciais, instituído por esta Resolução, consiste em normas claras, métodos e maneiras de organizar as atividades escolares obrigatórias destinadas ao cumprimento das horas letivas estabelecidas por lei, assegurar a aprendizagens dos estudantes e cumprir as propostas pedagógicas, nos diversos níveis e modalidades de ensino ofertados pelas escolas estaduais (Minas Gerais, 2020).

O ensino remoto foi estruturado com base em três ferramentas que utilizam diferentes suportes: (i) Plano de Estudos Tutorados (PET); (ii) Programa de TV “Se Liga na Educação”; e (iii) aplicativo Conexão Escola. Este processo deveu-se, principalmente, à necessidade de traçar estratégias para a recuperação e recomposição das aprendizagens dos estudantes em decorrência da adoção do REANP, que foi motivada pela pandemia de Covid-19. Essa situação ocasionou o isolamento das pessoas e o fechamento de espaços públicos, o que se manteve de forma sistemática em 2023.

Em suma, as reuniões do Módulo II, ao longo do tempo, têm gradualmente diminuído sua importância como um espaço e período de formação contínua, passando a focar mais em assuntos burocráticos. Portanto, não existe a possibilidade de discussão e elaboração de novas estratégias para superar o baixo rendimento escolar. É evidente que existe na escola um número considerável de estudantes que não conseguem ser aprovados ao final dos períodos letivos. Portanto, parece ser necessário recuperar a finalidade pedagógica das reuniões do Módulo II.

2.4 A UTILIZAÇÃO DOS DADOS DO SIMAVE NA ESCOLA ESTADUAL CARLOS CHAGAS

A pesquisa documental realizada na Escola Estadual Carlos Chagas pautou-se na consulta e no levantamento dos registros da instituição, especificamente no livro de atas das reuniões pedagógicas coletivas (Módulo II), que aconteceram entre os anos de 2019 e 2023. Nos documentos analisados, não foram identificados registros de encontros ou momentos destinados à divulgação, análise, apropriação ou elaboração de estratégias fundamentadas nos resultados das avaliações externas, incluindo o Saeb/Prova Brasil e o Simave/Proeb.

Destaca-se, igualmente, que na análise dos registros das atas das reuniões do Módulo II não foi encontrada a menção ao Sistema Mineiro de Administração Escolar (Simade). Apesar de ser um sistema administrativo, o Simade possui dados relevantes sobre frequência e fluxo escolar que podem e devem ser utilizados para intervenções pedagógicas, pois podem apoiar a realização de busca ativa, a qual pode impactar o rendimento acadêmico dos alunos. A SEE destina muitos recursos humanos, financeiros e materiais a este sistema exclusivo de avaliação externa e às plataformas de administração escolar.

Todavia, apesar de haver muitos recursos e ferramentas disponibilizadas pela internet, tem-se observado que esses dados são pouco utilizados como meio de intervenção pedagógica, com vistas à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem na instituição pesquisada.

Com base na análise dos boletins pedagógicos e nos resultados do Simave/Proeb, observa-se a estagnação dos resultados, além da significativa quantidade de estudantes situados nos níveis de desempenho “baixo” e “intermediário”, conforme demonstrado pelos quadros e tabelas que acompanham este trabalho. Diante dessas informações, torna-se necessário implementar estratégias para inverter esse cenário.

A Tabela 7 exibe o número de matrículas de estudantes do Ensino Fundamental – Anos Finais do município, abrangendo tanto a rede municipal quanto a escola estudada, sendo ela a única instituição da rede estadual, nos anos de 2018,

2019 e 2021⁷. Essa tabela evidencia a relevância da instituição no compromisso com os resultados educacionais.

Tabela 7 – Quantidade de matrículas no Ensino Fundamental no município de Lassance

Turma	2018		2019		2021	
	Rede Municipal	EE EFEM	Rede Municipal	EE EFEM	Rede Municipal	EE EFEM
6º ano	45	98	40	92	17	73
7º ano	30	99	42	95	37	78
8º ano	18	75	23	92	35	98
9º ano	26	71	14	59	35	88

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos do Painel Educacional Municipal (Brasil, 2020b).

O número de matrículas de estudantes nas duas redes (municipal e estadual) que ofertam o Ensino Fundamental no município revela que a maioria dos estudantes dessa etapa é atendida pela rede estadual de ensino, especificamente pela Escola Estadual Carlos Chagas.

Com base na análise, é possível concluir que a escola vinculada à rede estadual atende a maioria dos estudantes do município de Lassance, em comparação à rede municipal que atualmente conta com duas escolas que atendem o Ensino Fundamental – Anos Finais. Portanto, é crucial reverter essa situação de baixo desempenho dos estudantes, considerando a importância dessa escola.

Na sequência, a Tabela 8 mostra a taxa de aprovação dos estudantes no Ensino Fundamental – Anos Finais de todo o município, abarcando tanto a rede municipal quanto a estadual, visando a comparação dos indicadores entre as duas.

⁷ Foi consultado o Painel Educacional Municipal do Inep, que possui somente dados dos anos mencionados na pesquisa, não dispondo de dados de anos anteriores, incluindo os anos de 2022 e 2023.

Tabela 8 – Percentual de aprovação no Ensino Fundamental no município de Lassance

Turma	2018		2019		2021	
	Rede Municipal	EE EFEM	Rede Municipal	EE EFEM	Rede Municipal	EE EFEM
6º ano	84,4	84,0	92,5	93,4	94,1	100,0
7º ano	92,3	86,8	92,1	95,7	92,1	98,7
8º ano	94,4	86,5	100,0	94,3	97,2	97,9
9º ano	96,3	89,7	100,0	98,2	97,2	98,9

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos do Painel Educacional Municipal (Brasil, 2020b).

Em relação às taxas de aprovação, os índices comparativos entre a rede municipal e a estadual não apresentam grandes discrepâncias, mostrando um padrão semelhante em todos os anos de escolaridade. Embora o ideal seja que todos os alunos tenham êxito em suas jornadas educacionais, os percentuais na rede estadual aumentaram em todos os anos de escolaridade analisados, bem como durante o recorte pesquisado.

Outro fator importante ao considerar o fluxo escolar, que se relaciona com o rendimento escolar, é a taxa de abandono. Isso ocorre quando um estudante interrompe as aulas durante o ano letivo e retorna no ano seguinte. A Tabela 9 ilustra a taxa de abandono nas duas redes do município entre os anos de 2018 e 2021, especificamente nos anos finais do Ensino Fundamental. Com a exceção do ano de 2019, a rede municipal apresentou taxas superiores desse indicador em praticamente todos os anos de escolaridade.

Em relação às taxas de abandono, os percentuais são difusos, como mostrado na Tabela 9, uma vez que não existe um padrão uniforme de abandono ao longo dos anos de escolaridade que compõem essa etapa do Ensino Fundamental. Em termos das taxas de abandono, observou-se que, ao longo dos anos, ocorreu um aumento em todas as séries, considerando o ano de 2018 como ponto de partida em comparação ao ano de 2019. Quando se compara os anos de 2019 e 2021, houve uma redução, contudo, não houve uma reversão dos números aos patamares de 2018. No que diz respeito ao ano de 2020, não houve nenhum caso de reprovação ou retenção, pois os alunos continuaram seus estudos devido à pandemia de Covid-19.

Tabela 9 – Percentual de abandono no Ensino Fundamental na Escola Estadual Carlos Chagas

Turma	2018		2019		2021	
	Rede Municipal	EE EFEM	Rede Municipal	EE EFEM	Rede Municipal	EE EFEM
6º ano	0,0	0,0	5,0	6,6	5,9	0,0
7º ano	0,0	0,0	5,3	3,2	7,9	1,3
8º ano	5,6	0,0	0,0	4,6	2,8	2,1
9º ano	3,7	0,0	0,0	1,8	2,8	0,0

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos do Painel Educacional Municipal (Brasil, 2020b).

Prosseguindo com a apresentação dos dados sobre a educação pública do município para fins de comparação, a Tabela 10 apresenta os dados de distorção idade/série, mostrando que todas as séries/anos de escolaridade possuem percentuais consideráveis em ambas as redes de ensino, conforme os mesmos recortes dos períodos anteriores.

Tabela 10 – Taxa de distorção idade/série no Ensino Fundamental na Escola Estadual Carlos Chagas

Turma	2018		2019		2021	
	Rede Municipal	EE EFEM	Rede Municipal	EE EFEM	Rede Municipal	EE EFEM
6º ano	24,4	21,4	17,5	18,5	11,8	5,5
7º ano	23,3	30,3	23,8	27,4	13,5	3,8
8º ano	38,9	21,3	17,4	27,2	20,0	21,4
9º ano	23,1	25,4	35,7	16,9	14,3	23,9

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos do Painel Educacional Municipal (Brasil, 2020b).

Ao realizar a análise dos dados de distorção idade/série e comparar as duas redes, observou-se que os indicadores mantiveram um padrão bastante semelhante até o ano de 2019. Porém, em 2021, a rede estadual apresentou decréscimo considerável e se distanciou positivamente da rede municipal, que continuou a apresentar altos índices de distorção. Observou-se uma redução nas taxas durante o

triênio nas duas primeiras séries; entretanto, no 8º e 9º anos de escolaridade, registrou-se um aumento na rede estadual.

Na sequência, a Tabela 11 exibe as taxas de reprovação do Ensino Fundamental – Anos Finais tanto da rede municipal quanto da estadual.

Tabela 11 – Taxa de reprovação no Ensino Fundamental na Escola Estadual Carlos Chagas

Turma	2018		2019		2021	
	Rede Municipal	EE EFEM	Rede Municipal	EE EFEM	Rede Municipal	EE EFEM
6º ano	15,6	16,0	2,5	0,0	0,0	0,0
7º ano	7,7	13,2	2,6	1,1	0,0	0,0
8º ano	0,0	13,5	0,0	1,1	0,0	0,0
9º ano	0,0	10,3	0,0	0,0	0,0	1,1

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos do Painel Educacional Municipal (Brasil, 2020b).

Com base nos dados apresentados na Tabela 11, sobre a taxa de reprovação, de forma geral, observou-se melhoria significativa em todas as séries/anos de escolaridade da rede estadual. Ao comparar o primeiro ano (2018) e o último (2021) em que os dados foram apurados, observou-se que as ações administrativas e pedagógicas, decorrentes da Lei Federal nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, e da Resolução SEE nº 4.644, de 25 de outubro de 2021, resultaram em uma significativa diminuição desse indicador, alcançando os resultados esperados. Este reflexo é fruto da continuidade e progressão dos estudantes entre os anos de 2020 e 2021.

A Tabela 12 apresenta informações sobre o público estimado e a quantidade total de estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental que efetivamente participaram das avaliações do Simave nos anos de 2019 a 2023. A participação dos estudantes é significativa e excede a meta estabelecida pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), a qual determina um mínimo de 80% de envolvimento em todas as avaliações, sejam internas ou externas realizadas pela rede.

Tabela 12 – Percentual de estudantes do Ensino Fundamental que participaram do Proeb

Anos	Previsto	Efetivo	Percentual
2019	57	56	98,0
2021	88	78	89,0
2022	87	81	93,0
2023	79	75	95,0

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos do Portal Simave (2023).

A Tabela 13 mostra a distribuição percentual de estudantes em diferentes níveis de desempenho na disciplina de Língua Portuguesa no 9º ano do Ensino Fundamental. No que diz respeito à proficiência em Língua Portuguesa, no período de 2014 a 2019, a média de proficiência da escola permaneceu constante, variando entre 242 e 256 pontos. Ao examinar a porcentagem por padrão de desempenho, a maioria dos estudantes, aproximadamente 70%, está situada nos níveis “baixo” e “intermediário”. Além disso, foi verificada uma redução considerável no nível de desempenho “avançado” durante o período observado. Entre 2021 e 2023, a proficiência dos estudantes apresentou uma queda significativa, de modo que no último ano observado foi registrado o menor índice desse indicador. Observou-se também um aumento na porcentagem de estudantes que se encontram nos padrões de desempenho “baixo” e “intermediário”, enquanto não houve nenhum estudante alcançando no padrão de desempenho “avançado”.

Tabela 13 – Distribuição da proficiência por padrão de desempenho Proeb – Língua Portuguesa – 9º ano do Ensino Fundamental

Edição	Proficiência	Percentual de alunos por padrão de desempenho			
		Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
2014	249,7	14,5	59,2	14,5	11,8
2016	242,6	21,0	51,9	24,7	2,5
2018	256,0	14,5	50,7	27,5	7,2
2019	250,1	10,7	60,7	25,0	3,6
2021	225,0	36,0	45,0	18,0	1,0
2022	229,0	30,0	51,0	17,0	2,0
2023	218,0	43,0	44,0	13,0	0,0

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos do Portal Simave (Minas Gerais, 2023a).

A Tabela 14 mostra a distribuição dos percentuais de estudantes nos diferentes padrões de desempenho no componente curricular de Matemática do 9º ano do Ensino Fundamental.

Tabela 14 – Distribuição de proficiência por padrão de desempenho Proeb – Matemática – 9º ano do Ensino Fundamental

Edição	Proficiência	Percentual de alunos por padrão de desempenho			
		Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
2014	270,8	17,1	53,9	25,0	3,9
2016	250,7	27,2	59,3	11,1	2,5
2018	261,5	20,3	62,3	14,5	2,9
2019	250,1	30,4	53,6	12,5	3,6
2021	236,0	44,0	45,0	12,0	0,0
2022	232,0	46,0	53,0	1,0	0,0
2023	228,0	53,0	45,0	1,0	0,0

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos do Portal Simave (Minas Gerais, 2023a).

Ao examinar os dados de proficiência em Matemática, observou-se uma redução considerável na média de proficiência. Ao considerar todo o período, essa diminuição ultrapassou 20 pontos. Semelhante ao que acontece com a Língua Portuguesa, a maioria dos estudantes apresenta um desempenho classificado como “baixo” e “intermediário”, totalizando aproximadamente 80% dos estudantes avaliados em todos os anos apurados.

Assim como acontece na Língua Portuguesa, o desempenho dos estudantes alcançou o patamar mais baixo durante o período observado, com um aumento do número de estudantes classificados nos níveis de desempenho “baixo” e “intermediário”, e nos últimos três anos, nenhum aluno apresentou desempenho “avançado”.

A Tabela 15 exibe informações sobre os resultados do 9º ano do Ensino Fundamental, conforme a situação final dos estudantes dessa etapa no ano de 2022. Ao examinar os dados de fluxo escolar, considerando os resultados do 9º ano do Ensino Fundamental, o índice de aprovação apresenta-se em 78,79%. Dessa forma, existe uma quantidade considerável de estudantes que não concluem esta etapa da educação fundamental por diversos motivos, resultantes da reprovação, que

apresenta um índice de 8,08%, ou pela falta de frequência, que representa 4,04% de um total de 99 estudantes.

Tabela 15 – Informações sobre o fluxo escolar das turmas de 9º ano do Ensino Fundamental em 2022

Resultado	Quantidade de alunos	Porcentagem
Aprovado	78	78,79
Remanejado de modalidade	0	0,00
Transferido	9	9,09
Deixou de frequentar	4	4,04
Foi reclassificado (reclassificado por frequência – Parecer CEE nº 1.158/98)	0	0,00
Reprovado	8	8,08
Progressão continuada	0	0,00
Término do atendimento provisório	0	0,00
Reclassificação por avanço	0	0,00
Reclassificação por aceleração	0	0,00
Aprovado pelo conselho de classe	0	0,00
Reclassificação	0	0,00
Sem informação	0	0,00
Aluno não foi enturmado	0	0,00
Concluiu o curso	0	0,00
Falecimento	0	0,00
Total de alunos	99	

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos do Simade (2022).

É essencial levar em consideração esses fatores, não apenas no ano pesquisado, mas em todos os anos de escolaridade. Caso não haja uma intervenção direta, esses fatores podem se acumular e afetar diretamente a quantidade de estudantes que concluem a educação básica. É fundamental utilizar os dados da avaliação externa e daqueles gerados pelos sistemas de gestão da Secretaria de Estado de Educação, pois essas informações apoiarão as ações necessárias diante da situação apresentada.

Como foi previamente indicado, a partir de consultas realizadas nas atas de reuniões coletivas pedagógicas (Módulo II), realizadas entre 2019 e 2023, não foi

encontrada qualquer menção ao uso dessas informações, nem à sua relevância para que a equipe planeje e construa estratégias que visem a mitigação e até a resolução dos resultados insatisfatórios. Dessa forma, esta pesquisa possui significativa relevância, ao evidenciar simultaneamente a falta de uso desses indicadores, assim como a sugestão de estratégias para modificar esse constante quadro de resultados insatisfatórios. Além disso, esse aspecto deve ser considerado nas reuniões pedagógicas de planejamento (Módulo II), uma vez que essa dinâmica ainda não está estabelecida na rotina escolar de análise dos resultados das avaliações externas.

3 APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SIMAVE NA ESCOLA: DA TEORIA À PRÁTICA

Neste capítulo, o objetivo principal é verificar se a apropriação de resultados ocorre e, em caso afirmativo, como essa apropriação é efetuada na Escola Estadual Carlos Chagas. Apresenta-se a análise das entrevistas, realizadas com as supervisoras pedagógicas e os professores do 9º ano do Ensino Fundamental.

Como mencionado na introdução, o terceiro capítulo da dissertação contempla o referencial teórico e as metodologias utilizadas na elaboração desta pesquisa, considerando os conceitos ligados à avaliação externa, gestão escolar, apropriação de resultados e formação contínua, traçando um paralelo com a função da equipe escolar e a relevância das avaliações externas.

Os estudos que oferecem a base teórica para o problema de pesquisa e asseguram apoio para a discussão do tema são fundamentados nos seguintes autores: Paul e Barbosa (2008), Fernandes e Gremaud (2009), Brooke e Cunha (2011), Bonamino e Sousa (2012), Fontanive (2013), Gimenes *et al.* (2013) e Boudett (2020), entre outros. Em continuidade, é conduzida uma análise sobre a abordagem teórica proposta, juntamente com a apresentação dos dados coletados na pesquisa realizada no ambiente escolar, por meio de entrevistas com supervisores e professores que lecionam nas turmas do 9º ano do Ensino Fundamental. O objetivo é entender de que maneira se dá a apropriação dos resultados das avaliações, com a finalidade de compreender se ocorre e como ocorre a apropriação de resultados das avaliações externas do Proeb. Assim, foi viável examinar quais elementos afetam os resultados, os possíveis motivos para a estagnação nas proficiências e, especialmente, descrever como ocorre o processo de apropriação nesta escola.

Para a elaboração deste capítulo, foi conduzida uma pesquisa de dissertações relacionadas ao tema em questão, utilizando a base de dados de dissertações defendidas no PPGP da UFJF. Após o levantamento e a análise das dissertações, realizou-se uma seleção do material, destacando o autor, o tema, o ano de defesa, a descrição do caso em análise, a metodologia utilizada pelo autor, o referencial bibliográfico em que se baseou para a construção do texto, o relato dos resultados da pesquisa efetivada e, por fim, quais ações foram propostas pelo PAE.

É esperado que o fluxo adequado de apropriação das avaliações externas ocorra da seguinte maneira: após a divulgação dos materiais pela SEE-MG e pelo CAEd, por meio da Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação Básica de Minas Gerais, que inclui coleções, revistas, boletins pedagógicos, resultados, orientações pedagógicas, além das matrizes de referência e escalas de proficiência. Essas informações, que podem ser acessadas recentemente por meio de uma escala interativa, bem como padrões de desempenho que estão sempre disponíveis na plataforma, devem ser discutidas pela equipe escolar e pela comunidade.

Essa sistemática não está clara e precisamente definida do ponto de vista da instituição pesquisada, sendo pouco abordada pela equipe escolar (direção, setor pedagógico e professores) no processo de ensino e aprendizagem, na criação e desenvolvimento de planejamentos, planos de aulas e avaliações internas. A avaliação externa conclui-se com a divulgação dos resultados para a equipe escolar.

3.1 CONTEXTO E EIXOS TEÓRICOS

Nesta seção, são descritos os procedimentos adotados, que iniciaram com o levantamento de pesquisas no banco de dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), do qual o pesquisador é membro. Esta pesquisa teve como foco o tema avaliação externa e apropriação de resultados. Durante as buscas, foram utilizadas palavras-chave como: “avaliações externas” e “apropriação”, resultando na identificação de 39 dissertações.

Após a aplicação dos filtros mencionados anteriormente, foram utilizados outros critérios mais específicos, como “apropriação de resultados”, “avaliação externa” e “Simave/Proeb”. Em seguida, foi efetuada uma análise detalhada das 12 dissertações e seus mapeamentos, visando selecionar apenas aquelas que oferecessem informações relevantes sobre o tema pesquisado. Seis dessas foram escolhidas, com ênfase no uso de dados do Simave/Proeb; as outras foram excluídas por não estarem alinhadas ao objetivo da pesquisa, que se dedica especificamente à apropriação de resultados em escolas de Minas Gerais, sendo o foco desta pesquisa.

Esse movimento foi relevante para compreender como os resultados das avaliações externas são usados dentro das escolas; as outras incluíam a análise das

regionais de ensino do estado de Minas Gerais e de outras regiões do país, o que apresenta um contexto diferente do objeto de estudo. A base teórica foi elaborada com base nos conceitos que envolvem a avaliação externa, a gestão escolar, a apropriação dos resultados e a formação continuada, traçando um paralelo com a função do gestor e a relevância da gestão do currículo escolar.

Os trabalhos que baseiam teoricamente a questão da pesquisa e garantem suporte para a discussão do tema fundamentam-se nos seguintes autores: Paul e Barbosa (2008), Fernandes e Gremaud (2009), Brooke e Cunha (2011), Bonamino e Sousa (2012), Fontanive (2013), Gimenes *et al.* (2013) e Boudett (2020). Estes autores abordam os seguintes conceitos: apropriação de resultados, gestão escolar e formação continuada de professores, visando estabelecer uma compreensão e conexão entre a teoria, o problema de pesquisa (caso de gestão) e a construção do Plano de Ação Educacional (PAE).

3.2 PROPOSTA DE PESQUISA DE CAMPO

A presente pesquisa teve como objetivo investigar a maneira como são analisados e apropriados os dados do Proeb, assim como identificar os principais obstáculos para a aplicação dos resultados das avaliações externas e dos dados/indicadores dos sistemas de gestão na Escola Estadual Carlos Chagas.

Foi considerado relevante entender como os dados têm sido utilizados, não apenas pelos docentes de Língua Portuguesa e Matemática, mas também pelos professores dos demais componentes curriculares nos anos de escolaridade avaliados nos exames em larga escala aplicados na instituição de ensino, levando em consideração como as análises são percebidas e os reflexos nos resultados da escola.

Tendo em vista todo o contexto e o problema de gestão apresentados, optou-se por direcionar a pesquisa concentrando no 9º ano do Ensino Fundamental. Portanto, o público-alvo foi formado por docentes que atuam nessa etapa da educação básica, assim como por supervisores pedagógicos, que oferecem apoio tanto na orientação pedagógica quanto na docência desse ano de escolaridade, uma vez que eles estão diretamente envolvidos com o público-alvo que participa dessas avaliações e desempenham um papel crucial em todo o processo.

Após a realização de uma análise qualitativa com a verificação de documentos, foram coletados e examinados os registros das atas de reuniões pedagógicas referentes ao planejamento escolar (Módulo II). Também foi feita a análise de documentos oficiais divulgados pelo Simave e pelo CAEd (centro de estudos responsável pela sistematização e divulgação dos resultados das avaliações do Proeb), além das matrizes de referência de Língua Portuguesa e Matemática do Programa de Avaliação da Rede Pública da Educação Básica. Também foram consideradas as atas de resultado e os relatórios gerados pelo Sistema Mineiro de Administração Escolar (Simade).

Observou-se que, apesar do objetivo principal ser analisar o fluxo escolar, ou seja, a situação final dos estudantes ao término do ano letivo, a maioria dos relatórios gerados se concentra em questões administrativas. Verificou-se, ainda, o calendário escolar para mapear a organização das atividades relacionadas ao calendário pedagógico da instituição, proposto pela Secretaria de Estado de Educação, por meio de uma resolução anual específica. A gestão dessas atividades é realizada de forma compartilhada entre a gestão escolar e as supervisoras pedagógicas.

Os relatórios do Saeb e Simave/Proeb mostraram que o desempenho da unidade escolar permaneceu insatisfatório e estável entre 2018 e 2023. Além disso, não há, a princípio, registros nas atas das reuniões de Módulo II, por parte da equipe gestora, direção e supervisores pedagógicos, sobre o desenvolvimento de iniciativas de divulgação e apropriação dos resultados, assim como sobre a formação continuada relacionada à avaliação externa.

A coleta e a análise referem-se aos indicadores de rendimento da unidade escolar e às informações dos estudantes nas avaliações externas do Simave/Proeb, que são divulgados tanto pelo CAEd quanto pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Além disso, foi conduzida uma pesquisa mediante entrevistas para entender como as supervisoras e os docentes percebem as avaliações externas. Essa pesquisa utilizou um roteiro semiestruturado e contou com a participação de todos os docentes dos anos avaliados, assim como das supervisoras pedagógicas que trabalham com esse público.

Após a realização de uma investigação documental por meio dos registros da instituição verificou-se que estes são superficiais em relação aos aspectos pedagógicos, à análise de resultados e à elaboração de projetos de intervenção,

contemplando basicamente questões administrativas. Não há quaisquer registros de divulgação, análise, apropriação ou construção de estratégias fundamentadas nos resultados das avaliações externas, sejam elas do Saeb/Prova Brasil ou do Simave/Proeb.

Outro aspecto relevante é que não houve referência ao Simade por vários motivos, incluindo a falta de experiência e o uso restrito para assuntos diários da secretaria escolar. Embora seja um sistema administrativo, ele contém informações relevantes sobre frequência e fluxo escolar, que podem e devem ser utilizados para fins de intervenção. A partir dessas informações, é possível realizar levantamento para busca ativa, o que pode influenciar positivamente o desempenho acadêmico. A Secretaria de Estado de Educação investe consideráveis recursos, tanto humanos quanto financeiros e materiais, ao seu próprio sistema de avaliação externa e aos sistemas de gestão escolar.

Em 2020, foram introduzidas as avaliações formativas (avaliação diagnóstica e avaliação trimestral) e, em 2022, implementou-se o Sistema de Monitoramento, que gerou impacto no Inest (Índice Escola Transformação), inspirado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Este índice é calculado com base em dois indicadores: o indicador de fluxo escolar e o indicador de desempenho, gerando resultados para cada etapa de ensino: Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio. Além disso, tem relação com o Prêmio Escola Transformação, uma iniciativa da SEE/MG que visa reconhecer, publicamente, as práticas e experiências bem-sucedidas das escolas estaduais na melhoria da qualidade do ensino, premiando com recursos financeiros as instituições que se destacam durante o período de avaliação.

No âmbito da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, existe uma vasta quantidade de dados produzidos por meio de avaliações, sejam ela internas ou em larga escala (diagnósticas, formativas, somativas). A maioria desses dados está consolidada em plataformas que produzem indicadores e informações relevantes que podem apoiar práticas pedagógicas e a implementação de políticas públicas educacionais. Assim, é imprescindível que se utilize todo esse aparato de dados e ferramentas de apoio à gestão pedagógica das escolas.

Todavia, observou-se que a utilização dos dados, além do Proeb, como um recurso para intervenções pedagógicas, não está sendo feita de maneira adequada,

com vistas à melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem nas instituições. Isso é evidenciado pela estagnação dos resultados e pela elevada proporção de alunos que apresentam desempenho “baixo” e “intermediário”, o que demanda a adoção urgente de estratégias para reverter essa situação.

Entrevistas semiestruturadas foram conduzidas tanto com as supervisoras quanto com os professores, para obter uma compreensão abrangente do grupo sobre o conhecimento e a importância das avaliações externas na apuração do nível de aprendizado dos estudantes e na compreensão do contexto em que estão inseridos. Quais instrumentos e estratégias são necessários para a intervenção na realidade apresentada pelos resultados, assim como para a obtenção de informações necessárias à compreensão do problema e do caso de gestão?

Marconi e Lakatos (2017) caracterizam como um método empregado na investigação social, destinado à coleta de dados, ou para ajudar no diagnóstico ou na solução de um problema social. Afirmam que alguns autores consideram a entrevista como o principal instrumento na investigação social.

Quanto às supervisoras pedagógicas, o objetivo foi realizar um levantamento sobre a importância do serviço pedagógico como grupo responsável pela formação continuada dos docentes e para a melhoria dos resultados.

A avaliação sempre foi um assunto importante para os estudiosos e os profissionais da educação. Por um longo período, as discussões concentraram-se na avaliação realizada no ambiente escolar, conhecida como avaliação da aprendizagem (Machado, 2012, p. 71). A avaliação formativa é, a princípio, uma forma de avaliar os estudantes que se aproxima mais dos docentes, apresentando uma perspectiva distinta da avaliação externa.

A avaliação formativa, na sua concepção original, não tem como objetivo classificar, selecionar, aprovar ou reprovar o aluno, mas adequar o processo de ensino ao grupo e ou àqueles alunos que apresentam dificuldades, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos (Fontanive, 2013, p. 95).

Ainda, segundo Machado (2012, p. 71),

Avaliação externa é todo processo avaliativo do desempenho das escolas desencadeado e operacionalizado por sujeitos alheios ao cotidiano escolar. Existem vários arranjos possíveis na organização dos processos das avaliações externas e, em algumas experiências

e/ou etapas, a participação de profissionais das escolas avaliadas pode ser contemplada, mas a decisão de implementar uma avaliação do desempenho das escolas é sempre externa a elas.

É necessário discutir o impacto que os resultados das avaliações externas podem exercer sobre a gestão escolar e a prática docente, visando ao avanço do aprendizado, uma vez que fornecem dados importantes, não somente sobre a aprendizagem, mas também sobre o contexto em que os estudantes estão inseridos, incluindo a situação socioeconômica, a complexidade da gestão, a formação docente, a infraestrutura escolar, entre outras informações.

A compreensão da importância e a real função dos diversos tipos de avaliações, bem como a maneira como seus resultados podem impactar positivamente o desempenho dos estudantes, se dá por meio de “pistas” que elas fornecem. Essas avaliações têm diversas funções para o aprendizado e não podem ser relegadas ou delegadas a terceiros; é uma responsabilidade a ser assumida pela equipe escolar.

Segundo Brooke e Cunha (2011, p. 18),

Em esquema parecido, descrito por Soares (2002), encontramos uma tipologia que fala das três funções genéricas dos sistemas de avaliação. A primeira é a função métrica, de medir onde se situam os sistemas de educação em comparação com algum parâmetro para responder perguntas sobre possíveis avanços. A segunda função é a analítica, ou seja, oferecer subsídios aos pesquisadores e gestores no seu trabalho de investigar o funcionamento do sistema. A terceira, considerada a mais difícil, é a função pedagógica, que trata do uso da avaliação como instrumento para a melhoria do ensino.

Ademais, é fundamental a apropriada interpretação dos resultados pela escola, verificando se são compreendidos e se realmente contribuem para a transformação da prática pedagógica, assim como a importância de transformar as descrições das proficiências pelo professor para o cotidiano escolar.

Fontanive (2013) afirma que, apesar da grande quantidade de dados coletados e divulgados, estes ainda não foram capazes de provocar as mudanças esperadas no cotidiano da interação entre professor, aluno e aprendizado, pois não causaram os efeitos esperados na qualidade e na equidade da educação oferecida para as crianças e jovens brasileiros.

Constitui-se um grande desafio para os gestores escolares, assim como para os responsáveis nas secretarias de educação, aproximar a avaliação externa dos docentes. Diversas são as hipóteses de que os dados produzidos e as informações obtidas por meio das avaliações externas são mal interpretados pela equipe escolar.

Ainda, segundo Fontanive (2013, p. 94),

[...] as tentativas de simplificar informações complexas, tanto nos materiais de divulgação de variados formatos, como, manuais, livretos, boletins, entre outros, quanto na realização de numerosos seminários, videoconferências, jornadas de capacitação de professores, coordenadores pedagógicos e gestores, parecem não ter sido bem-sucedidas, pois não provocaram os impactos esperados na qualidade e equidade da educação oferecida às crianças e aos jovens brasileiros.

A autora também afirma que percebe que o professor não se identifica nesses resultados ou não considera que sua prática pedagógica esteja representada neles.

Segundo Brooke e Cunha (2011, p. 28),

A utilização dos resultados das avaliações educacionais como peça central do planejamento estratégico tem como caso emblemático o estado de Minas Gerais. Inspirado nas iniciativas do Governo Federal e nas experiências internacionais, Minas Gerais foi um dos primeiros estados a incorporar o modelo de gestão por resultados e oferece um exemplo da afinidade entre os propósitos da avaliação educacional e as exigências dos novos padrões da administração pública.

O governo do estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Educação, tem desenvolvido uma infinidade de recursos, formações e materiais didáticos para professores e estudantes. Esses materiais são estruturados em sites, plataformas, livros e apostilas, apresentando sequências didáticas para os professores e cadernos/folhas de exercícios para os estudantes. Além disso, existe a Escola de Formação para os servidores, que oferece cursos de forma contínua. Esses materiais não apenas unificam e organizam os programas de ensino no estado de Minas Gerais, colocando em destaque as habilidades previstas no Currículo Referência, que estão alinhadas com a Base Nacional Comum Curricular, por meio da gradação do nível de complexidade e a sequência dessas habilidades ao longo dos anos de escolaridade, mas também apresentam questões e sugestões de atividades para avaliar a aprendizagem e acompanhar o rendimento dos estudantes

de forma mais eficiente, utilizando avaliações diagnósticas e intermediárias ao longo do ano letivo.

Essas iniciativas, quando aceitas e utilizadas pelos professores da rede de ensino, possuem um grande potencial para gerar mudanças positivas no desempenho dos estudantes, desde que o professor utilize os resultados das avaliações e a resolução de exercícios de maneira formativa, visando promover a aprendizagem. O principal desafio é encontrar maneiras eficazes de divulgar os resultados obtidos, uma vez que as tecnologias empregadas não são familiares para os professores, demais membros da comunidade escolar e a sociedade em geral.

É evidente que a progressão no aprendizado dos alunos depende de diversos fatores, e que a divulgação dos resultados das avaliações exerce uma influência limitada nas práticas educacionais. Entretanto, seria apropriado supor que o rendimento dos estudantes brasileiros apresentasse um avanço mais significativo após quase duas décadas de avaliações sistemáticas.

Porém, Van Haneghan (2009 *apud* Fontanive, 2013) destaca que os dados sobre as avaliações devem auxiliar na promoção da aprendizagem. O conjunto de escores numéricos sem referência aos conceitos ou procedimentos sobre o que os alunos aprenderam não fornece informações adequadas para relacionar a avaliação ao aprendizado. Se o professor não tem o conhecimento conceitual para interpretar a avaliação, ele é incapaz de determinar de que maneira essa avaliação pode auxiliar o estudante em seu aprendizado.

No Brasil, existem poucas investigações que buscam relacionar a atividade dos professores com a melhoria do desempenho dos alunos, conforme avaliado por testes externos. Esta não é uma área de fácil investigação, pois exige o uso de instrumentos variados que requerem um grande investimento de tempo para serem desenvolvidos e validados, bem como a capacitação de pessoas para sua aplicação, análise e construção dos bancos de dados.

Conforme mencionado por Machado (2017 *apud* Bernardo; Ferreira, 2025), os resultados das avaliações externas podem auxiliar na gestão da escola ao indicar desafios associados às práticas pedagógicas, promovendo, assim, a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes.

As informações sistematizadas pela avaliação externa permitem as revisões necessárias no trabalho desenvolvido pela gestão

educacional, seja de sistema e/ou de escolas e, para tanto, seus resultados devem ser utilizados na análise coletiva da realidade educacional e escolar e no direcionamento de ações e alternativas para enfrentar as complexidades inerentes à educação (Machado, 2017 *apud* Bernardo; Ferreira, 2025, p. 26).

E, além disso, acrescenta Castro (2017, p. 276):

Mas, se é verdade que o Brasil avançou na montagem e consolidação dos sistemas de avaliação, é também verdade que só agora as redes de ensino começam a aprender a usar, de modo eficiente, os resultados das avaliações para melhorar a escola, a sala de aula, a formação de professores. Este é um dos grandes desafios das políticas educacionais, sem o que o objetivo principal da política de avaliação perde sentido para os principais protagonistas da educação: alunos e professores.

Corroborando com Castro (2017), Gatti (2013) ressalta que as escolas apresentam dificuldades na apropriação e na utilização dos resultados obtidos pelos alunos nas avaliações do Saeb. Segundo a autora, esses resultados podem fornecer informações úteis para os diretores escolares e suas equipes envolvidas no processo educativo para elencar prioridades, definir estratégias e implementar ações eficazes que visem à melhoria do desempenho dos alunos em suas aprendizagens.

As avaliações externas são ferramentas gerenciais imprescindíveis para a gestão escolar, tanto em relação ao aspecto pedagógico e curricular, como na gestão administrativa e no desenvolvimento de políticas públicas, conforme asseveram Bernardo e Ferreira (2025, p. 27):

[...] as avaliações externas, sejam a nível federal, estadual ou municipal têm sido de grande importância para a prática do gestor e de toda sua equipe, por oferecerem indicadores que podem contribuir no planejamento da escola, na melhora do desempenho e resultado dos estudantes, como também no aperfeiçoamento das práticas docentes. Além disso, assumem importante papel para os sistemas educacionais, incentivando estudos diagnósticos e, a partir de seus resultados, contribuir para a promoção de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade e da equidade da educação.

Apesar de todos os esforços empreendidos e da gama de materiais produzidos pelas secretarias de educação em conjunto com os pesquisadores, existe um descompasso em relação às práticas que necessitam ser executadas nas unidades escolares, conforme afirmam Brooke e Cunha (2011, p. 31):

Mesmo com a evolução na qualidade dos Boletins Pedagógicos e, em alguns casos, a criação de um dia específico para o estudo coletivo do material devolutivo pela escola, a divulgação dos resultados não redonda automaticamente na sua apropriação por parte dos professores. As críticas dos professores sugerem que os resultados não são imediatamente consumíveis pela comunidade escolar, não obstante todo o empenho das Secretarias na apresentação de um material com cunho mais didático e instrutivo. Além disso, os Boletins Pedagógicos costumam chegar às escolas com certo atraso, dificultando a conexão entre os resultados apresentados e o tipo de intervenção necessária.

Sob esta ótica, é necessário compreender que o gestor escolar e toda a equipe escolar atuam como um elo entre as políticas públicas e sua aplicação prática no cotidiano escolar, assegurando que os objetivos educacionais sejam alcançados. Neste contexto, as avaliações externas são ações intencionais que podem contribuir para o acompanhamento do desempenho escolar, orientando as ações pedagógicas nas escolas.

De acordo com Brooke e Cunha (2011, p. 31),

Uma forma de superar esse desafio tem sido a criação de programas estruturados de formação continuada com base nos resultados das escolas, que vão além do trabalho individual dos analistas ou supervisores pedagógicos, na tentativa de atingir um número mais significativo de professores. Nesses casos, as estratégias de formação ultrapassam as oficinas voltadas para a explicação dos resultados das avaliações para se tornarem programas permanentes de intervenção junto aos professores.

Na análise dos resultados, são apresentados os principais achados da pesquisa, destacando a maneira como os supervisores pedagógicos e os professores compreendem as avaliações externas e sua relevância na superação dos desafios educacionais. Por fim, nas considerações finais, busca-se sintetizar os pontos principais abordados na pesquisa, identificar lacunas e sugerir possibilidades de intervenção por meio do Plano de Ação Educacional (PAE).

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, é apresentada a análise dos dados obtidos durante as entrevistas realizadas com docentes e supervisoras pedagógicas. Para isso, são abordados

aspectos relacionados à unidade escolar, campo da pesquisa, tendo como eixos: avaliações externas, papel da gestão escolar, apropriação de resultados e formação continuada. Pretendeu-se esclarecer a compreensão da equipe escolar acerca da avaliação externa, com foco no Simave/Proeb, abordando os seguintes pontos: o papel da avaliação externa, como têm acesso e conhecimento acerca dos resultados, de que maneira é realizado o processo de utilização e apropriação, e se são oferecidas formações para a equipe gestora, supervisoras e professores. Por fim, identificar, segundo o ponto de vista dos entrevistados, a quem cabe a responsabilidade pelos resultados.

Na próxima subseção, serão expostas as percepções dos sujeitos pesquisados sobre a avaliação externa e sua aplicação na escola.

À luz de autores referenciados anteriormente e dos dados obtidos por meio de entrevista semiestruturada aplicada às especialistas e aos professores da escola, especialmente dos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, pertencentes aos sistemas de avaliação externa, é discutido como esses profissionais atuam na compreensão e aplicação dos resultados das avaliações externas, especificamente em relação às avaliações do Proeb.

Esta pesquisa adotou a abordagem qualitativa como método e consistiu em um estudo de caso. Segundo Voss, Tsikriktsis e Frohlich (2002 *apud* Freitas; Jabbour, 2011), um estudo de caso representa a narrativa de um fenômeno que pode ser tanto do passado quanto do presente. Esta narrativa é construída a partir de múltiplas fontes de provas, que podem incluir dados obtidos por meio de observações diretas, entrevistas metódicas e investigações em arquivos, sejam eles públicos ou privados. Baseia-se em um marco teórico que guia as questões e proposições do estudo, coletando uma variedade de informações adquiridas por meio de diversas técnicas de levantamento de dados e evidências (Martins, 2008 *apud* Freitas; Jabbour, 2011).

Para Yin (2005, *apud* Freitas; Jabbour, 2011, p. 32), “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real” adequado quando “as circunstâncias são complexas e podem mudar, quando as condições que dizem respeito não foram encontradas antes, quando as situações são altamente politizadas e onde existem muitos interessados” (Llewellyn; Northcott, 2007 *apud* Freitas; Jabbour, 2011, p. 195).

A seleção do instrumento de coleta de dados utilizado contribui de forma significativa na obtenção das informações necessárias, além de influenciar o tratamento e análise, conforme afirmam Quivy e Campenhoudt *apud* Sampaio (2022, p. 39),

A coleta de dados compreende o conjunto de operações através das quais o modelo de análise é confrontado com dados observáveis. Ao longo dessa etapa são, portanto, reunidas numerosas informações. [...] conceber essa etapa de coleta de dados equivale a responder às três perguntas seguintes: coletar o quê?; em quem?; como? Coletar o quê? Os dados a reunir são aqueles que são úteis à verificação das hipóteses. São determinados pelos indicadores das variáveis. Chamam-se dados pertinentes. Coletar em quem? Trata-se, depois, de circunscrever o campo das análises empíricas no espaço geográfico e social, bem como no tempo. Dependendo do caso, o investigador poderá estudar o conjunto da população considerada ou somente uma amostra representativa ou significativa dessa população. Como coletar? Esta terceira pergunta incide sobre os instrumentos da coleta de dados propriamente dita.

Além da pesquisa documental e de campo, a coleta de dados incluiu também a realização de entrevistas, que, de acordo com Marconi e Lakatos (2017, p. 212):

[...] é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas, mediante conversação, obtenha informações a respeito de determinado assunto. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados, ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (Marconi; Lakatos, 2017, p. 212).

Trata-se de uma importante ferramenta, devido à sua amplitude de alcance, pois se revela mais inclusiva, permitindo a participação de pessoas analfabetas. Conforme Sampaio (2022), essa abordagem representa uma das técnicas mais valiosas para a coleta de dados, facilitando a análise de assuntos complexos.

O objetivo principal de uma entrevista é que os pesquisadores obtenham informações fornecidas pelos entrevistados sobre um assunto específico, experiências ou fenômenos vivenciados, além de entender essas informações pela perspectiva do entrevistado (Sampaio, 2022, p. 41).

Além disso, foi adotado como modelo a entrevista semiestruturada, pois apresenta um foco já definido e que, conforme Triviños (1987) é fundamentada em hipóteses formuladas e que podem aparecer durante a sua execução.

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (Triviños, 1987, p. 146).

Após a utilização dos métodos de pesquisa, procedeu-se à análise dos dados, onde os resultados foram expostos, conforme Marconi e Lakatos (1996 *apud* Oliveira, 2011, p. 47), “[...] é uma das fases mais importantes da pesquisa, pois, a partir dela, é que serão apresentados os resultados e a conclusão da pesquisa”. Essa conclusão pode ser definitiva ou parcial, permitindo assim a realização de pesquisas futuras.

3.3.1 Avaliação externa na perspectiva da equipe escolar

Para verificar o conhecimento dos atores envolvidos na pesquisa acerca das avaliações externas, conforme indicado no Apêndice A (Roteiro da entrevista semiestruturada), inicialmente foram elaboradas questões referentes ao Simave, que é um sistema de avaliação externa, aplicado anualmente aos estudantes da escola através do Proeb.

Foram convidados para participar das entrevistas nove docentes que atuam no 9º ano do Ensino Fundamental da unidade escolar e duas supervisoras pedagógicas, que atuam em ambos os turnos em que as turmas estão em funcionamento, sendo duas no período da manhã e uma no período da tarde. Do total, ambas as supervisoras estiveram envolvidas, mas entre os docentes, apenas cinco se dispuseram a participar do processo, resultando em uma taxa de participação de 63% do grupo previsto para esta etapa da pesquisa e coleta de informações.

Iniciando as entrevistas e tendo como base o conjunto de perguntas que foram propostas, a Supervisora Pedagógica 1 demonstrou ter noção da importância da avaliação, contudo, destacou que, apesar de acessar a Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação Básica de Minas Gerais e ter conhecimento dos dados, não há aprofundamento em sua análise, devido ao excesso de demandas, resultando na falta de tempo. Isso foi evidenciado em sua declaração: “[...] acesso a plataforma Simave para verificar os resultados e rendimento dos estudantes, não tenho muito tempo para analisar e verificar todas as informações, pois sou interrompida

constantemente para atender diversas demandas no meu turno de trabalho” (Supervisora 1, 2025).

Simultaneamente, a Supervisora Pedagógica 2 destacou que, em relação às avaliações externas e seus resultados, os professores têm acesso à média da escola, bem como os descritores e habilidades não consolidados pelos estudantes, embora não consigam compreender muito bem as informações, e que essas situações ocorrem de forma esporádica. Citou em seu discurso que:

[...] os resultados da escola e dos estudantes são divulgados quando ocorre em todo o estado e que verificam as habilidades que não foram consolidadas pelos estudantes apresentados pela gestão e serviço pedagógico, em que a escola planeja ações de intervenção (Supervisora 2, 2025).

Diante do que foi apresentado, é perceptível que os sujeitos citados anteriormente, apesar de terem consciência da importância das avaliações como forma de diagnóstico, não compreendem plenamente como utilizar os dados produzidos por essas avaliações apresentados nas unidades escolares, conforme apontado por Brooke e Cunha (2011, p. 31):

Mesmo com a evolução na qualidade dos Boletins Pedagógicos e, em alguns casos, a criação de um dia específico para o estudo coletivo do material devolutivo pela escola, a divulgação dos resultados não redundava automaticamente na sua apropriação por parte dos professores.

Ao indagar tanto a Supervisora 1 quanto a Supervisora 2, quanto ao acesso sistemático aos boletins de resultados do Proeb, ambas relataram que devido às diversas demandas e atribuições, que ele é realizado somente de forma esporádica, geralmente quando há alguma ação da SRE ou da SEE/MG. Esta situação torna-se clara a partir das evidências coletadas a partir do seguinte relato sintetizado: *“não temos muito tempo para acessar os diversos sistemas do ‘estado’, além do Simave e outros que nós temos que constantemente acessar, além disso temos diversas demandas que a secretaria encaminha, e também atendimento aos estudantes e suas famílias”* (Supervisoras 1 e 2, 2025).

A partir dos relatos obtidos por meio das entrevistas, é possível identificar os principais obstáculos que interferem diretamente na apropriação e na gestão

pedagógica dos resultados da avaliação externa, sendo a alta demanda de tarefas responsável pela maior sobrecarga.

Segundo Machado (2012), essa situação da apropriação ineficiente se estende além da equipe pedagógica e dos docentes, incluindo também os diretores escolares, uma vez que o uso dos resultados “por parte dos gestores é escasso ou inexistente”. Além disso, aqueles encarregados pelas iniciativas admitem que “as escolas têm dificuldade até mesmo de ler e compreender os resultados produzidos” (Machado, 2012, p. 74).

A partir das declarações dos entrevistados, observou-se que, devido ao excesso de projetos e da rigidez do currículo imposto pela SEE/MG, por meio dos Planos de Curso elaborados por bimestre, todos expressam preocupação em seguir rigorosamente o plano de curso e em avaliar os estudantes, tanto por meio das avaliações internas quanto externas: “*E que não dá nem tempo de pensar noutra coisa*”, relata o Professor 1, ressaltando a importância de cumprir o planejamento. Eventualmente, alguns professores ocupam-se a inovar as metodologias com o intuito de promover melhoria nos resultados dos estudantes e na aprendizagem efetiva, mas isso se torna uma exceção.

Outro cenário evidenciado pelos relatos das supervisoras pedagógicas e dos professores, que interfere nos resultados dos estudantes, é a situação da estabilidade dos docentes. Neste contexto, há um elevado número de professores contratados, em decorrência de transferências ou remoções para outras escolas e, principalmente, da aposentadoria de diversos professores nos últimos anos. Tal situação gera apreensão quanto à continuidade das ações desenvolvidas:

[...] há troca constante de professores de um ano para o outro, o que dificulta a continuidade do trabalho e das ações, pois fica repetitivo, ter que realizar tudo do começo do ano escolar. Geralmente temos a sorte de o mesmo professor ou até mesmo supervisora continuar no ano seguinte, porém na maioria das vezes a troca ocorre, principalmente quando o servidor mora em outra cidade ou município e tem se tornado mais frequente, tivemos algumas transferências, exonerações e aposentadorias nos últimos anos (Supervisora 2, 2025).

Corroborando as afirmações e mencionando outros fatores que estão associados aos resultados das avaliações, Machado (2012, p. 79) apresenta que a:

Rotatividade de professores e/ou alunos, mudanças na gestão, ausência de clareza, por parte dos profissionais, do projeto pedagógico e das metas da escola, insistência no desenvolvimento de metodologias repetitivas, conteúdos voltados para o aluno ideal e não real, alterações drásticas na organização do cotidiano escolar, como a implantação do ensino fundamental de nove anos, por exemplo, podem ser elementos desencadeadores dos resultados da escola.

Iniciando a análise das entrevistas sob o prisma da gestão escolar, Paro (2008 *apud* Machado, 2012, p. 74) aponta o seguinte contexto da gestão escolar:

O gestor escolar tem inúmeras atribuições na sua rotina “estabelecer prioridades, decidir ações, mediar soluções pedagógicas, ordenar problemas, apaziguar conflitos, dentre outros, sem perder de vista a “utopia” da educação que desejamos, estão na pauta do cotidiano da gestão escolar. Mais do que nunca o foco na organização do trabalho é imperativo.

Conforme mencionado por Machado (2012, p. 76), “[...] usar os resultados das avaliações é colocar os dados obtidos no alicerce da construção de novas oportunidades de ensinar todos os alunos”. Neste contexto, destaca-se a função do gestor escolar, atuando como um incentivador que propicia a apresentação e discussão desses dados, criando um ambiente favorável ao debate, sem responsabilizar nenhum dos atores envolvidos, e evitando atribuir a responsabilidade unicamente aos professores dos componentes avaliados.

Conforme afirmam Soares e Werle (2019, p. 48),

[...] a consolidação de um sistema de avaliação que opere de forma coerente com seus próprios objetivos, continua a demandar uma multiplicidade de iniciativas focadas na aprendizagem do uso dos resultados das avaliações para melhorar a escola, a sala de aula e a formação de professores.

Bonamino e Sousa (2012) reforçam que, a partir dos dados dos resultados das avaliações externas, é possível identificar quais as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes durante as avaliações. Isto possibilita, posteriormente, a elaboração de estratégias educacionais voltadas para a superação dessas fragilidades. Nesse sentido, a responsabilização da equipe, a apropriação dos resultados e a formação continuada são consideradas estratégias relevantes.

No âmbito da formação continuada, tanto as especialistas quanto os docentes apontaram a necessidade das instâncias superiores que, neste caso são a SEE e as

SRE, em estimularem a cultura de apropriação dos resultados. Devem promover a formação contínua de todos os servidores, abrangendo desde o órgão central até as unidades escolares. Destacaram a importância de uma maior interação entre as equipes da secretaria de educação e a entidade regional, envolvendo tanto os gestores quanto os professores, por meio de ações que proporcionem acompanhamento em todo o processo de avaliações externas. Isso se faz necessário não apenas para a elaboração de planos de intervenção de emergência, “[...] nos últimos tempos não temos muito a proximidade dos analistas da superintendência na escola, como ocorria em alguns anos” (Professor 2, 2025).

Segundo Brooke e Cunha (2011, p. 31), uma alternativa para reverter esse cenário consiste na criação de programas estruturados de formação continuada com base nos resultados das escolas. Esses programas devem ser mais abrangentes do que o trabalho individual realizado por analistas ou supervisores pedagógicos, visando alcançar um número mais significativo de professores.

Reforça-se a importância do trabalho dos demais servidores, além das supervisoras pedagógicas, incluindo as equipes do setor pedagógico e de avaliação das instâncias superiores, como suporte e no planejamento das ações para criação de políticas de formação continuada relacionada às avaliações externas.

De acordo com Libâneo (2008), por meio da formação continuada, se tornam possíveis as discussões e reflexões sobre as vivências dos professores:

A formação continuada consiste de ações de formação dentro da jornada de trabalho e fora da jornada de trabalho. Ela se faz por meio de estudo, da reflexão, da discussão e da confrontação das experiências dos professores. É responsabilidade da instituição, mas também do próprio professor, porque o compromisso com a profissão requer que ele tome para si a responsabilidade com a própria formação (Libâneo, 2008, p. 229).

Com base nas informações coletadas por meio das entrevistas, constatou-se a urgência em desenvolver estratégias de formação continuada para toda a equipe escolar sobre as avaliações externas. Apesar de reconhecerem a importância desse tema, ainda enfrentam dificuldades para integrar todo o conhecimento adquirido na prática cotidiana em sala de aula, o que pode impactar negativamente no rendimento dos estudantes. Por isso, destacou-se a relevância do gestor escolar e da reunião coletiva de formação pedagógica (Módulo II) como um espaço para a análise dos

indicadores educacionais e para a sugestão de estratégias. Conforme mencionado por Machado (2012, p. 77), “[...] é indispensável que a gestão escolar paute as reuniões pedagógicas para provocar os profissionais da escola, principalmente os professores, no sentido de estabelecer uma reflexão acerca dos possíveis fatores que explicam a dinâmica do desempenho dos alunos”.

No que tange à reflexão teórica elencada acima, foram propostos no Plano de Ação Educacional, momentos de formação conduzidos pelo gestor e pela equipe pedagógica, para que a prática pedagógica seja organizada em função da aprendizagem dos estudantes, conectando a teoria à prática de ensino.

A sincronia entre a direção escolar e as supervisoras pedagógicas é de suma importância, com o gestor exercendo o papel de maestro que orienta todo o trabalho da equipe. As supervisoras atuaram como um elo que possibilitou toda a execução das atividades, sendo uma tarefa complexa que requer vários aspectos, conforme menciona Libâneo (2004 *apud* Machado, 2012, p. 73-74). O texto apresenta a seguinte visão sobre as funções do gestor e das supervisoras:

Dirigir e coordenar são tarefas que canalizam o esforço coletivo das pessoas para os objetivos e metas estabelecidos. O diretor, como o próprio nome sugere, é o dirigente e principal responsável pela escola, tem a visão do conjunto, articula e integra os vários setores. O coordenador responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico-didático em ligação direta com os professores, em função da qualidade do ensino.

Nesse cenário, o papel do gestor escolar é imprescindível para promover e incentivar, na rotina escolar, a cultura da análise e da apropriação dos resultados das avaliações externas. Essa abordagem contribui para aprimorar o desempenho dos professores e, assim, a fomentar a aprendizagem dos estudantes, o que se espera que seja refletido nos resultados da instituição.

Na próxima subseção, serão exibidas as considerações sobre a apropriação de resultados na escola que serve como campo de pesquisa.

3.3.2 Respondendo à pergunta do caso de gestão “se existem e de que maneira ocorrem as apropriações dos resultados do Simave/Proeb na Escola Estadual de Anos Finais e Ensino Médio”

No que se refere às atividades desenvolvidas pela escola em relação ao uso dos resultados das avaliações do Simave/Proeb, as afirmações das supervisoras convergiram. As supervisoras destacam que realizam a divulgação dos resultados, para que a equipe possa analisar e aplicar os resultados das avaliações. Elas enfatizaram a média de proficiência da escola e as habilidades que foram avaliadas nos testes, além de sugerirem planos de intervenção.

Segundo as supervisoras, os professores consultam raramente os boletins pedagógicos do Proeb para analisar os resultados dos estudantes, limitando a análise apenas às reuniões do Módulo II. Ressaltaram que, prioritariamente, somente os professores de Língua Portuguesa e Matemática assumem funções de realizar as intervenções, criando planos para tal, visto que as avaliações do Simave/Proeb abrangem exclusivamente esses dois componentes curriculares. Todavia, segundo afirmam, trata-se de uma situação equívoca, pois, embora sejam apenas habilidades desses componentes, todos os demais professores podem contribuir muito para reduzir a sobrecarga dos colegas responsáveis pelos dois componentes curriculares.

Com base na análise apresentada nesta seção, concluiu-se que a equipe reconhece a importância do Simave/Proeb. No entanto, há a necessidade de formação continuada acerca da apropriação dos resultados, a fim de proporem intervenções que sejam aplicadas na sala de aula. A maioria da responsabilidade é atribuída, em grande medida, aos professores de Língua Portuguesa e Matemática, enquanto os demais apenas “ajudam”, revelando a falta de atribuição de responsabilidade a toda a equipe escolar, conforme relatos apurados nas entrevistas:

[...] geralmente após a análise dos resultados da escola e na criação das estratégias de intervenção a maioria do trabalho fica com os professores de Língua Portuguesa e Matemática e algumas habilidades são “distribuídas” para os outros professores, que encaixam elas nas matérias que lecionam (Professores 4 e 5, 2025).

Percebeu-se que não há um acompanhamento efetivo, nem compartilhamento e responsabilização na elaboração das intervenções pedagógicas que deveriam ser

realizadas em sala de aula. Isso pode ser atribuído ao número excessivo de demandas atribuídas às supervisoras, bem como à falta de formação adequada para elas. Portanto, é essencial elaborar um plano com metas e monitoramento das ações, tanto a curto quanto a médio e longo prazo, e aumentar a conscientização entre os demais docentes de que todos podem contribuir.

Notou-se também, conforme a descrição anterior apresentada no capítulo 2, que a escola mantém uma rotina de reuniões semanais para planejamento (Módulo II). Contudo, o trabalho realizado junto aos professores com os dados das avaliações do Proeb foi superficial, limitando-se apenas à divulgação do desempenho da escola, abrangendo a média de proficiência e a identificação das habilidades que apresentaram menor percentual de acerto.

Chegou-se à conclusão de que o processo de apropriação dos resultados, realizado na escola que serviu como campo de pesquisa (divulgação dos resultados em reunião, acesso e análise dos dados pelos professores, ausência de responsabilização por parte de alguns professores em relação aos resultados e efetivação das intervenções), é apenas inicial e reafirma a necessidade de ações mais efetivas que possibilitem ao grupo uma reflexão e debate mais aprofundados. Medidas essas que serão apresentadas no PAE no quarto capítulo desta dissertação.

3.3.3 O papel da equipe escolar e a formação continuada

Dando sequência à análise das atividades da escola referentes ao uso de dados e ao funcionamento geral do processo de avaliações do Simave/Proeb, as supervisoras e professores foram questionados sobre sua responsabilidade na divulgação, análise, apropriação e uso dos resultados dos estudantes em suas práticas de ensino.

Para os dois grupos entrevistados, ficou claro que a responsabilidade é compartilhada por todos, destacando quais responsabilidades pertencem a cada parte envolvida, considerando a complexidade e os contextos nos quais estão inseridos. Todavia, convoca-se a Secretaria Estadual de Educação e a Superintendência Regional de Ensino para estabelecerem estratégias e um plano específico de atribuições, responsabilizando essas instâncias superiores, uma vez que são elas as

responsáveis pela definição da política pública e possuem a autoridade para tomar decisões.

Na visão de todos os docentes entrevistados, a responsabilidade de aplicar os resultados para aprimorar a aprendizagem recai sobre o professor, que lidera a sala de aula e possui conhecimento profundo do conteúdo, contando com o apoio e a supervisão das pedagogas, que orientam e guiam todo o processo:

[...] todos nós somos responsáveis pelos resultados, mas quem executam ações na sala de aula, somos nós professores. Só que precisamos contar com o apoio das supervisoras, tanto no acompanhamento das aulas, com os materiais e na avaliação, para ver se está caminhando conforme o planejado (Professor 3 e 4).

Ao traçar um paralelo entre a responsabilização e a formação continuada, esta última pode ser considerada uma estratégia eficaz para promover a participação e a coesão da equipe. Isso ocorre porque, durante essas oportunidades de formação, os integrantes adquirem compreensão sobre suas funções em relação às atribuições e compromissos com a instituição, conforme indicado por Libâneo (2008, p. 67):

A formação continuada é uma maneira diferente de ver a capacitação profissional de professores. Ela visa ao desenvolvimento pessoal e profissional mediante práticas de envolvimento dos professores na organização da escola, na organização e articulação do currículo, nas atividades de assistência pedagógico-didática junto com a coordenação pedagógica, nas reuniões pedagógicas, nos conselhos de classe etc.

A formação continuada, assim, na escola, se torna um meio fundamental para que os resultados das avaliações externas sejam utilizados. O supervisor pedagógico é o responsável por realizar essa mediação, a fim de propor a análise dos dados e, posteriormente, possíveis replanejamentos das ações na instituição.

Não se pode negar que as avaliações externas fornecem dados que, se apropriados de forma adequada, podem ressignificar o papel da escola pública, de realizar a sua função social na sociedade, garantindo o ensino-aprendizagem para todos os estudantes. Nessa perspectiva de uso dos resultados, Machado (2012, p. 79) apoia o posicionamento ao declarar que:

[...] a avaliação da escola e a reflexão sobre sua realidade não podem se esgotar nelas, que podem ser tomadas como o ponto de partida

para a trajetória da escola rumo à sua avaliação institucional, que não pode prescindir de uma autoavaliação.

Machado (2012, p. 74) reforça que:

[...] os resultados quando apropriados pelo diretor e pelo coordenador da escola podem contribuir para a reflexão de todas as áreas de atuação da gestão escolar, mas devem, principalmente, servir à análise sobre a efetiva condução da escola na realização da sua função social na sociedade democrática que deve garantir o ensino-aprendizagem para todos os alunos.

Ainda persiste uma cultura errônea tanto nas instâncias superiores quanto nas instituições educacionais sobre as avaliações externas e seus objetivos. Isso ocorre devido à culpabilização, ao ranqueamento ou à premiação. Esses paradigmas devem ser desafiados para que a avaliação desempenhe efetivamente seu verdadeiro papel de diagnosticar e intervir de forma positiva na realidade, conforme afirmam Brooke e Cunha (2011, p. 36):

Por muito tempo, a disseminação dos resultados dos sistemas estaduais seguia outra lógica. Na sua maioria, esses sistemas eram vistos pelos seus criadores exclusivamente como instrumentos internos de gestão, e não como uma oportunidade para a prestação de contas a um público com direito a informações transparentes sobre a qualidade da educação. As políticas de divulgação se restringiam aos boletins para os professores e a outros poucos documentos internos.

Em vista disso, Brooke e Cunha (2011, p. 30) consideram que os sistemas de avaliação “[...] têm como objetivo explícito fornecer feedback aos professores de sala de aula e ajudar na busca de soluções para superar as dificuldades de aprendizagem dos alunos”. Nesse contexto, a gestão pedagógica da escola precisa lidar com a utilização dos resultados dessas avaliações, em benefício da aprendizagem dos estudantes. Embora se reconheça que as avaliações podem contribuir para a melhoria da qualidade da educação, as informações produzidas pelas avaliações externas ainda não são suficientemente exploradas por gestores e professores.

Por fim, Machado (2012) argumenta que a escola deve também assumir a responsabilidade de promover a socialização das discussões sobre a análise dos resultados das avaliações externas nas reuniões escolares e nos encontros de formação continuada. O objetivo é que os professores possam refletir sobre como

esses resultados impactam o desempenho acadêmico dos alunos, ressaltando que as discussões devem ultrapassar o limiar das médias e índices alcançados pela escola, buscando uma reflexão mais profunda sobre o desempenho dos estudantes.

4 PROPOSTA DE APRIMORAMENTO DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO PARA A APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SIMAVE/PROEB: PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

Ao longo da pesquisa, destacou-se a importância de que a equipe de gestão, os pedagogos e os docentes da escola analisada se apropriem dos resultados do Simave/Proeb. Foi exposta a visão dos participantes do processo acerca do entendimento sobre o Simave, considerações sobre a maneira como as supervisoras utilizam os resultados com os professores e como estes utilizam os dados em sua prática pedagógica. Foram apresentadas algumas medidas que, embora simples, são eficazes para assegurar a ampla participação dos estudantes na avaliação com seriedade. Em relação aos professores, especialmente dos componentes curriculares que estão sendo avaliados (Língua Portuguesa e Matemática), é fundamental a colaboração coletiva para criar estratégias que aprimorem o desempenho dos alunos e seus níveis de proficiência, visto que uma parcela significativa deles apresenta níveis considerados “baixo” e “intermediário” ao longo dos anos. Algumas dessas estratégias visam à realização de um planejamento voltado para a realidade da escola (elaboração de projetos e atividades em sala de aula), assim como os indicadores contextuais (intra e extraescolares) que fornecem dados sobre a gestão escolar, práticas pedagógicas, clima escolar, entre outros aspectos.

As propostas para o PAE, sugeridas com base nos resultados da pesquisa realizada com os atores envolvidos no processo de avaliação, mencionados anteriormente, foram divididas em três ações: (i) Realização de uma oficina de formação continuada para toda a equipe, abordando os conceitos e finalidades do Simave/Proeb e a forma correta de interpretar os resultados de maneira construtiva; (ii) Elaboração de um plano de intervenção para compartilhamento de saberes entre todos os participantes no processo da avaliação externa; e (iii) Supervisão e avaliação do plano de ação educacional (Quadro 1).

Para a esquematização e organização da dinâmica de execução do PAE, foi utilizada a ferramenta/modelo de gestão 5W2H. Segundo Melônio (2023, p. 13),

é uma ferramenta de gestão da qualidade e pode ser uma grande aliada em diversas áreas. Ela pode ser usada como plano de ação para iniciar ou implementar um projeto, sendo indicada para alcançar (em sua maior parte) metas a curto prazo, de forma mais rápida e

prática, mas também pode ser utilizada para os demais prazos e situações de implementação de intervenção, levando em conta fatores internos e externos, para preparar a melhor estratégia a ser executada.

Quadro 1 – Achados da pesquisa e respectivas proposições

Achados	Proposições	Ações
Os especialistas e professores conhecem o Simave/Proeb, sua importância e finalidade, porém superficialmente.	Elaboração de uma apresentação sobre as avaliações externas ao nível nacional e estadual; entendimento do Simave; o Proeb e seus indicadores, bem como a aplicação dos dados gerados como um recurso para a gestão pedagógica.	Realização de uma oficina de formação continuada destinada a toda a equipe, abordando os conceitos e objetivos do Simave/Proeb, bem como orientações sobre como interpretar os resultados de maneira eficaz e construtiva, durante o Módulo II.
Apenas a divulgação dos resultados é realizada, com ênfase exclusiva na média de proficiência da escola e nas habilidades que apresentam maior defasagem.		
Subutilização das reuniões pedagógicas coletivas (Módulo II), que possuem um caráter puramente administrativo.		
A responsabilização pelos resultados da escola e a implementação do Plano de Intervenção são, de modo geral, atribuídas aos professores de Língua Portuguesa e Matemática.	Criação de um diagnóstico e intervenção educacional por meio do diálogo com a equipe escolar, incluindo os respectivos registros de observação com a participação de todos os docentes.	Elaboração de Plano de Intervenção para troca de conhecimentos com cada participante no processo das avaliações externas.
Ausência de avaliação e monitoramento a curto, médio e longo prazo dos resultados da instituição nas avaliações externas ao longo dos anos.	Realização da avaliação institucional na escola, com foco na atuação e expressão dos estudantes. Revisão periódica do Plano de Intervenção com inserção de um mecanismo de revisão.	3 - Monitoramento e Avaliação do Plano de Ação Educacional.
Ausência de Plano de Intervenção, baseado em evidências, a partir dos dados produzidos pelas avaliações.		

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

4.1 DETALHAMENTO DAS AÇÕES DO PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE)

O PAE proposto é composto por três ações pensadas a partir dos achados de pesquisa. As ações a serem discutidas são: (i) Realização de um curso de formação continuada para toda a equipe sobre os conceitos e finalidades do Simave/Proeb e sobre como se apropriar dos resultados adequadamente e de modo propositivo; (ii) Criação de um Plano de Intervenção para compartilhamento de saberes com cada ator no processo da avaliação externa; e (iii) monitoramento e avaliação do Plano de Ação Educacional.

Foram propostas ações exequíveis para a gestão da escola e sua equipe, cuja finalidade é consolidar a cultura efetiva da formação continuada, análise e apropriação dos resultados das avaliações externas, e de fácil acompanhamento por parte das equipes da Superintendência Regional de Ensino, caso seja necessário.

A aplicação dos testes é o primeiro passo do processo de avaliação, já que há outros, como: o diagnóstico (ou análise, ponderação, crítica etc.) dos dados obtidos; a tomada de decisão com base nesse diagnóstico; e a execução de uma ou mais ações a partir do que foi decidido, conforme descrito na Figura 5.

Figura 5 – Etapas do processo de uso de dados de avaliações



Fonte: Revista da Escola – Gestão Escolar (Minas Gerais, 2023b).

Como demonstrado na Figura 5, as avaliações externas são instrumentos valiosos que permitem a coleta de dados relevantes, que contribuem para o diagnóstico, a tomada de decisão e a intervenção pontual, diante dos cenários apresentados, baseados em evidências. Assim, é possível encerrar um ciclo da

política pública, sob o ponto de vista macro, podendo haver correções de rotas e restabelecimento e retorno de todo o ciclo.

Cada instância deve assumir o seu papel e executar ações que podem contribuir para melhorar o processo educacional no interior das escolas, cujo foco do PAE está centrado nas três últimas instâncias – Escola/Gestor, Escola/Professor e Comunidade/Estudantes e familiares (Figura 6). Baseando-se nas orientações da Figura 6, foram propostas ações que visam atender a essas especificidades, com as devidas adaptações.

Figura 6 – Instâncias e suas responsabilidades

Instância	Ação
Rede de ensino – Gestor	<ul style="list-style-type: none"> ☉ Planejar e executar políticas públicas. ☉ Criar metas de qualidade e equidade educacionais. ☉ Implementar medidas de responsabilização. ☉ Criar políticas de incentivos. ☉ Promover formação continuada para professores.
Escola – Gestor	<ul style="list-style-type: none"> ☉ (Re)Elaborar o projeto político-pedagógico da escola. ☉ Monitorar a qualidade do ensino ofertado pela escola. ☉ Realizar a avaliação institucional da escola.
Escola – Professor	<ul style="list-style-type: none"> ☉ (Re)Planejar as atividades em sala de aula. ☉ Elaborar projetos de intervenção pedagógica. ☉ Elaborar projetos especiais. ☉ Priorizar os alunos com dificuldades. ☉ Promover atividades de reforço escolar. ☉ Visualizar proativamente o desenvolvimento de habilidades e competências ao longo da educação básica.
Comunidade – Estudante e familiares	<ul style="list-style-type: none"> ☉ Acompanhar o desempenho escolar do estudante. ☉ Analisar informações sobre a qualidade dos serviços educacionais oferecidos.

Fonte: Revista da Escola – Gestão Escolar (Minas Gerais, 2023b).

4.1.1 Ação 1: Oficina de formação continuada para toda a equipe

A Ação 1 envolve a realização de uma oficina de formação continuada para toda a equipe, abordando os conceitos e finalidades do Simave/Proeb e ensinando como se apropriar dos resultados de maneira eficaz e construtiva.

Os temas tratados nesta ação incluem: breve histórico sobre as avaliações externas no âmbito nacional e estadual; compreensão do Simave; e o Proeb e seus indicadores. Serão realizadas reuniões quinzenais de formação para todos os professores, incluindo equipe gestora, composta por vice-diretor e supervisoras na

própria escola. Esta ação se faz necessária para que toda a equipe possa, de fato, compreender a história e o contexto das avaliações externas e entender o papel que cada ator deve ter durante o processo. Serão destinadas quatro horas da semana de planejamento para a realização da Ação 1.

O gestor, líder da equipe, deverá assumir o protagonismo nesta primeira etapa e mostrar ao grupo que as avaliações externas podem e devem ser utilizadas como ferramentas capazes de transformar suas práticas pedagógicas e, conseqüentemente, elevar a qualidade de ensino da escola. Os temas a serem abordados incluem: função da equipe gestora; importância da apropriação de resultados; análise e apropriação dos resultados da escola; e troca de experiências. Serão destinadas oito horas das reuniões de planejamento, ou seja, quatro encontros de duas horas cada, para a realização da Ação 1.

Para a realização da oficina de formação da Ação 1, que consiste na apresentação da importância de se apropriar dos dados da escola, será utilizado material disponibilizado no Portal do Simave, elaborado pelo CAEd. Serão analisados dados como: a proficiência média nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática; a identificação do padrão de desempenho dos alunos nos níveis “baixo”, “intermediário”, “recomendado” e “avançado”; o índice de participação da escola; o histórico de resultados nos quatro anos anteriores à época da formação; e o percentual de acertos por descritor/habilidade. Com isso, espera-se, que a equipe tenha informações suficientes que subsidiarão a elaboração coletiva do Plano de Intervenção proposta na Ação 2.

Após isto, cada equipe irá refletir e discutir as seguintes questões: Como abordar esse tema nas aulas? Quais estratégias utilizar? Como foi o ensino desse tema? Por que alguns não aprenderam? É necessário alterar as metodologias? Qual abordagem pode ser adotada para resolver essas dificuldades? Quais estratégias devem ser implementadas? Como ensinar de uma maneira diferente, a fim de incluir todos os estudantes? Como aplicar os resultados das avaliações nas aulas?

Na Ação 1, os participantes têm a oportunidade de debater também questões entre seus pares, como a forma pela qual cada conteúdo foi abordado; porque determinada estratégia utilizada foi bem-sucedida em uma turma e não em outra?; é possível traçar e contrastar os resultados das turmas e/ou os resultados de cada aluno; além de classificar os estudantes em grupos, para estruturar métodos para

reorganizar os alunos. Dessa maneira, torna-se mais fácil identificar qual metodologia melhor se aplica aos grupos.

O objetivo da primeira ação é conduzir o professor a repensar a avaliação como parâmetro da prática pedagógica, via currículo. É um momento de formação e troca de experiências em que os professores e toda a equipe gestora poderão dialogar entre seus pares e proporem novos rumos.

4.1.1.1 Detalhamento da execução da Ação 1

O conteúdo que será utilizado nas reuniões para execução da Ação 1 será produzido e organizado pelo gestor escolar, sendo composto por textos, vídeos e apresentações disponíveis no site do Simave⁸, bem como a utilização dos recursos da plataforma do Simave, explorando as suas funcionalidades e outras bibliografias.

O Quadro 2 fornece uma descrição detalhada da Ação 1.

Quadro 2 – Detalhamento da Ação 1: Oficina de formação continuada

Detalhamento	Utilização das reuniões de módulo II da escola	Desenvolvimento de temáticas relativas ao Simave
Resultados pretendidos	Aprimoramento dos conceitos de: (i) Avaliação, (ii) Instrumentos e dados, (iii) Avaliação externa e (iv) Simave.	
Local	Laboratório de informática da escola	
Responsável	Direção e supervisoras	
Periodicidade	Quinzenal	
Custos	Sem custos	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

⁸ <https://Simave.educacao.mg.gov.br/#!/colecoes>. Acesso em 09 fev. 2025.

O gestor enviará o material da formação através do e-mail institucional, antes da sessão de formação, a fim de que todos estejam inteirados do conteúdo e possam contribuir com questionamentos e esclarecimentos. Ao final deste momento de formação, espera-se que todos compreendam os aspectos abordados sobre o sistema de avaliação, a apropriação dos dados da plataforma, como são apresentados, o que significam os percentuais, os padrões de desempenho, antes de começar em si, a discutir os resultados, e por fim, a importância do seu papel na prática escolar, para subsidiar as ações seguintes.

Imediatamente após a formação continuada sobre os sistemas de avaliação, serão apresentados os resultados da escola e outras informações relacionadas a eles. Esta ação será realizada no início do ano letivo, e o objetivo é que essa prática seja implantada na rotina pedagógica, compondo os Módulos II, que acontecem semanalmente na escola.

Após a realização da discussão e análise dos resultados da escola, cada equipe, formada por professores e representantes da equipe gestora, apresentará um resumo do que foi discutido. O representante da equipe deverá sinalizar as fragilidades e potencialidades identificadas pelo grupo. Todos os pontos apresentados pelas equipes servirão de base para a elaboração do Plano de Intervenção Pedagógica.

De posse dos resultados das avaliações da escola, os professores também serão levados a identificar quais descritores e habilidades se apresentam como maior fragilidade para os estudantes. Irão mapear quais alunos apresentam maior dificuldade em cada descritor das avaliações de Língua Portuguesa e Matemática.

4.1.2 Ação 2: Criação de plano de intervenção

A proposta da Ação 2 envolve desenvolver um plano de intervenção para compartilhamento de saberes com cada ator no processo da avaliação externa. Desse modo, é oferecido ao professor a oportunidade de estudar as matrizes de referência e os padrões de desempenho, além de compartilhar sua rotina de trabalho para que a equipe possa compreender a dinâmica da sala de aula, visando a sugestão de ideias sobre as atividades realizadas em sua área. Elaborar um Plano de Intervenção Pedagógica, com base em estudos, discussões e produtos, como o Projeto Político

Pedagógico e o Plano de Ação, já entregues quando a escola vivenciou os programas: Itinerários Avaliativos de Minas Gerais e Programa Jovem de Futuro, ambos implantados em 2019 na instituição, por meio da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais.

Para o sucesso da Ação 2, é necessário o envolvimento coletivo. Realizadas as Ações 1 e 2, a equipe tem elementos suficientes para elaboração do Plano de Intervenção, foco da Ação 2.

4.1.2.1 Detalhamento da execução da Ação 2

A Ação 2 será um momento de estudos que levará o professor a investigar, por meio de pesquisas, o que tem sido feito em sua área de ensino para identificar e sanar as dificuldades dos estudantes.

O Quadro 3 traz o detalhamento de realização da Ação 2.

Quadro 3 – Detalhamento da Ação 2: Criação de um plano de intervenção

Detalhamento	Utilização das reuniões de módulo II da escola	Desenvolvimento de temáticas relativas à análise e apropriação
Resultados pretendidos	Aprimoramento dos conceitos de: (i) Apropriação, (ii) Responsabilização, (iii) Plano de intervenção e (iv) Planejamento.	
Local	Laboratório de informática da escola	
Responsável	Direção e supervisoras	
Periodicidade	Mensal	
Custos	Sem custos	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Cada professor, individualmente, irá preencher um formulário elencando possíveis ações a serem realizadas em sua prática docente, a fim de superar as fragilidades dos alunos.

Cada equipe de professores irá propor um conjunto de ações nos seus componentes curriculares, a fim de vencer os desafios e fragilidades, estratégias que os professores de Língua Portuguesa e Matemática podem desenvolver por meio da interdisciplinaridade. Haverá uma discussão no final da reunião e cada representante apresentará as propostas do grupo. Todo o grupo de professores irá definir, junto com a equipe gestora, as melhores ações que deverão compor o plano de intervenção, com foco nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática.

A equipe gestora convocará a comunidade escolar para apresentação da proposta da escola, deixando claro aos responsáveis e alunos que todos têm potencial para melhorar os índices de aprendizagem e ensino. Caberá à equipe da escola incentivar os alunos e os responsáveis a terem maior compromisso com as atividades escolares. Neste momento em que a comunidade estiver presente, será ministrada uma palestra para sensibilizar os responsáveis, alunos e professores sobre os desafios que a sociedade e a escola enfrentam diante das mídias e da vasta evolução tecnológica atual.

Como sugestão de ferramenta, será utilizado o protocolo para reuniões, proposto pela Revista da Escola – Gestão Escolar (Minas Gerais, 2023b) e disponibilizada para toda a rede estadual de ensino (Quadro 4). Ela apresenta sugestão de protocolos para organização de reuniões de análise dos resultados da avaliação externa, a qual servirá como ferramenta no PAE proposto.

O Quadro 5 mostra um modelo para documentar a análise dos dados de desempenho, o Quadro 6 apresenta as etapas de realização da Ação 2, enquanto o Quadro 7 apresenta um modelo de formulário destinado a coletar sugestões para resolver as dificuldades enfrentadas pelos estudantes.

Na seção seguinte, são apresentados os procedimentos para avaliar o Plano de Ação Educacional.

Quadro 4 – Protocolo para reuniões de análise dos resultados (equipe gestora)

(continua)

PROTOCOLO PARA REUNIÕES DE ANÁLISE DOS RESULTADOS (EQUIPE GESTORA)
I – PREPARAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DOS DADOS
1. Quais serão os profissionais envolvidos nesta preparação? <i>O diretor e a vice-diretora</i>
2. Quais serão as fontes de dados utilizadas? <i>Resultados do Simave</i>
3. De que maneira devem ser preparados e apresentados esses dados? <i>Primeiramente, é essencial analisar os dados e escolher aqueles que se enquadram no protocolo, elaborar gráficos e/ou tabelas e preparar uma apresentação em PowerPoint.</i>
DINÂMICA DA REUNIÃO
Profissionais envolvidos: <i>Diretor(a), vice-diretor(a) e coordenadores(as) pedagógicos(as)</i>
DISTRIBUIÇÃO DE TAREFAS
<p>O(A) diretor(a) e o(a) vice-diretor(a) são responsáveis por organizar e expor as informações. Se a escola não contar com um vice-diretor(a), essa função será atribuída ao(à) diretor(a).</p> <p>O(A) diretor(a) e o vice-diretor(a) têm o papel de organizar um debate acerca dos dados apresentados e estimular a participação dos(as) coordenadores(as) pedagógicos(as).</p> <p>Os(As) coordenadores(as) pedagógicos(as) estabelecem hipóteses que ajudem a entender a situação da escola.</p> <p>O(A) vice-diretor(a) assume a função de registrar e avaliar o debate ocorrido durante a reunião.</p> <p>Caso a escola não possa contar com o apoio desse profissional, o(a) diretor(a) designa um(a) coordenador(a) pedagógico(a) para cumprir essa tarefa.</p>
ETAPAS DA REUNIÃO E TEMPO DE DURAÇÃO
<p>Orientação: 5 minutos</p> <p>O(A) diretor(a) apresenta a dinâmica da reunião, explicando o objetivo, o papel de cada um e o tempo que deve ser gasto em cada etapa.</p> <p>Após isso, ele conduz a exposição dos dados, em conjunto com o(a) vice-diretor(a).</p> <p>Apresentação, debate e registro dos dados: 1 hora a 1h30min.</p>
II – APRESENTAÇÃO DOS DADOS PASSO A PASSO
<p><i>O(A) diretor(a) ou o(a) vice-diretor(a) faz uma apresentação de acordo com os passos elencados a seguir:</i></p> <p>1º passo: Apresentar gráfico de proficiência média da unidade escolar.</p> <p>2º passo: Apresentar gráfico das habilidades avaliadas e percentual de acertos.</p> <p>3º passo: Apresentar tabela dos padrões de desempenho.</p>

Quadro 4 – Protocolo para reuniões de análise dos resultados (equipe gestora)
(conclusão)

DEBATE
<p>A apresentação do(a) diretor(a) e do(a) vice-diretor(a) vai sendo alimentada pelos comentários/observações dos(as) coordenadores(as) pedagógicos(as) sobre os dados de cada gráfico (comentar gráfico por gráfico), com o intuito de ser criada uma compreensão coletiva das conquistas alcançadas e dos desafios a serem enfrentados pela escola.</p> <p>Para que o debate seja produtivo, sugere-se que o papel do(a) diretor(a) seja o de incentivador(a), estimulando a equipe gestora a refletir. O(A) coordenador(a) também contribui com comentários para ajudar os(as) coordenadores(as) pedagógicos(as) a entrarem em acordo sobre possíveis problemas de desempenho.</p>
REGISTRO
<p>É necessário designar um profissional – que pode ser o(a) vice-diretor(a) – para cumprir o papel de registrar pontos de atenção relativos a cada gráfico e/ou tabela apresentados, que dizem respeito à compreensão coletiva dos problemas de desempenho observados pelo grupo.</p>
III – CONSOLIDAÇÃO
<p>Para consolidar o debate promovido durante a reunião, propõe-se um formulário, disposto no Quadro 6, para registro das conclusões obtidas a partir da análise do desempenho dos estudantes realizada pela equipe gestora da escola.</p>

Fonte: Adaptado pelo autor com base na Revista da Escola – Gestão Escolar (Minas Gerais, 2023b).

Quadro 5 – Registro da análise dos dados de desempenho

REGISTRO DA ANÁLISE DOS DADOS DE DESEMPENHO	
Escola	
Diretor	
Vice-diretor	
Componente curricular	
Ano de escolaridade	
Data e horário da reunião	
<p>Os registros da análise devem expressar os acordos do grupo sobre a coerência dos dados com as impressões que os(as) coordenadores(as) pedagógicos(as) têm da escola, as hipóteses sobre os possíveis fatores que concorrem para os resultados evidenciados pela análise [fatores] e outras fontes de dados que poderiam aprofundar a análise [dados adicionais].</p>	
CONCLUSÕES	
Perguntas para orientar o debate sobre cada gráfico/tabela analisado	
Que fatores, segundo os(as) coordenadores(as) pedagógicos(as), podem contribuir para o desempenho dos estudantes da escola, em comparação com os dados gerais da rede de ensino?	
Fatores como a frequência irregular, as reprovações anteriores e o atraso escolar podem caracterizar as defasagens de aprendizagem possivelmente observadas na escola e em cada turma?	
A forma como os alunos são enturmados pode ser um fator explicativo para as diferenças de desempenho?	
A forma como os professores são designados para cada uma das turmas pode ser um fator explicativo para as diferenças de desempenho?	
As diferentes estratégias didáticas adotadas pelos professores pode ser um fator explicativo para as diferenças de desempenho?	
Há fatores específicos relacionados à gestão escolar e/ou pedagógica que podem estar associados ao desempenho dos alunos?	

Fonte: Adaptado pelo autor com base na Revista da Escola – Gestão Escolar (Minas Gerais, 2023b).

Quadro 6 – Etapas de realização da Ação 2

Ação 2: Momentos de estudo e criação de plano de intervenção com responsabilização de cada ator no processo da avaliação externa	
Etapa 1	Professores terão momentos de estudo e pesquisa em que possam buscar nos diversos meios virtuais o que tem sido feito na sua área (sugestões e caminhos) para sanar as dificuldades dos alunos ao que se refere à aprendizagem.
Etapa 2	Discussão baseada nos estudos realizados na etapa 1, nas propostas dos programas Itinerários Avaliativos de Minas Gerais e Jovem de Futuro e definição de ações que comporão o Plano de Intervenção Educacional.
Etapa 3	Assembleia final com professores e equipe gestora para conclusão do Plano de Intervenção.
Etapa 4	Divulgação do Plano de Intervenção para a comunidade escolar. Palestra de sensibilização: de quem é a responsabilidade pelo processo ensino-aprendizagem?

Fonte: Adaptado pelo autor (2025) com base em Alves (2020).

Quadro 7 – Formulário para propostas que ajudem a resolver as dificuldades enfrentadas pelos estudantes

Itens	Descrição
Professor(a)	
Componente curricular	
O que tem sido feito (estudos)?	
O que poderei fazer (prática)?	
Referências	

Fonte: Adaptado pelo autor (2025) com base em Alves (2020).

4.1.3 Ação 3: Monitoramento e avaliação do Plano de Ação Educacional

O monitoramento e a avaliação do PAE têm a finalidade de acompanhar a execução das ações propostas e testar a eficácia de cada uma delas na realidade escolar. Nesse sentido, é necessário verificar se os prazos e as metas foram cumpridos ao longo do ano e se houve, de fato, um trabalho coletivo e engajado.

A escola é um ambiente ativo, dinâmico e repleto de fragilidades, pois atende um público bastante polarizado. Portanto, é importante realizar um monitoramento sistemático das ações, a fim de identificar falhas e corrigir rumos e rotas.

O Quadro 8 representa uma sugestão de instrumento a ser utilizado no monitoramento e avaliação do PAE.

Quadro 8 – Instrumento de monitoramento e avaliação do PAE

Itens	Ações		
	1	2	3
Responsável pela ação			
Data prevista			
Data de realização			
Fragilidades da ação			
Potencialidades da ação			

Fonte: Adaptado pelo autor (2025) com base em Alves (2020).

Considerando as propostas apresentadas, é necessário investigar se o resultado da implementação e execução do PAE surtiu o efeito desejado e se provocou mudanças no comportamento e na atitude dos atores envolvidos no processo das avaliações. Ouvir relatos, coletar opiniões, registrar depoimentos e elaborar portfólios são fundamentais durante o processo de avaliação. Isto permite que o processo de melhoria e a busca por qualidade nas práticas de ensinar e

aprender contribuam efetivamente para o aprimoramento da gestão e de toda a equipe pedagógica e docente da escola.

4.1.3.1 Detalhamento da execução da Ação 3

A Ação 3 será realizada ao término das etapas anteriores, a fim de avaliar o impacto das ações do Plano de Ação, sendo o seu foco principal, possibilitar ajustes de direção, desenvolver novas estratégias e rever atividades que possam exigir alterações e/ou que não atingiram os objetivos, metas e resultados esperados. De forma geral, a finalidade de estabelecer uma ação específica para monitorar e avaliar o Plano de Ação é mapear o fluxo de execução do PAE e propor correções e melhorias de forma pontual, visando assegurar a sua total execução.

O Quadro 9 apresenta o detalhamento sobre a execução da Ação 3.

Quadro 9 – Detalhamento da ação 3: Monitoramento e avaliação do Plano de Ação Educacional

Detalhamento	Utilização das reuniões de módulo II da escola	Desenvolvimento de temáticas relativas às avaliações externas
Resultados pretendidos	Aprimoramento dos conceitos de: (i) Atividade extraclasse, (ii) Currículo e adequação curricular, (iii) Avaliação e (iv) Planejamento.	
Local	Laboratório de informática da escola	
Responsável	Direção e supervisoras	
Periodicidade	Bimestral	
Custos	Sem custos	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Os responsáveis pela ação são o diretor e as supervisoras, que apresentam o diagnóstico da execução do PAE para a equipe docente. Essa apresentação será realizada nas reuniões de Módulo II. Dessa forma, propõe-se que o diretor e as

supervisoras se reúnam antes da reunião do Módulo II para verificar o andamento do cumprimento das metas, do alcance dos objetivos e dos resultados. Dessa forma, têm tempo suficiente para apurar e organizar os dados para apresentá-los à equipe.

Recomenda-se que esta apresentação não se limite a um momento estático de simples exibição de gráficos e dados, mas que se transforme em um espaço de diálogo produtivo sobre o trabalho desenvolvido pela equipe, no qual os professores manifestem suas percepções, sobretudo sobre eventuais aprimoramentos de rotas e procedimentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da experiência profissional do pesquisador como professor de educação básica e diretor escolar de uma unidade de ensino da rede estadual de educação de Minas Gerais, contexto da pesquisa, entre os anos de 2018 a 2023, onde se observou uma discrepância entre a alta taxa de aprovação e o baixo rendimento dos estudantes nas avaliações externas. Diante disso, surgiu a necessidade de refletir e descrever um caso de gestão que apresentava um problema central: Como a gestão escolar pode incentivar a apropriação e o uso adequado dos resultados das avaliações externas pela comunidade escolar? Para responder esta questão, foi realizada uma pesquisa documental com o intuito de investigar os principais obstáculos ao uso dos resultados das avaliações externas e dos dados/indicadores, além de analisar como se processa a apropriação dos resultados das avaliações externas do Simave/Proeb em uma escola estadual na região norte do estado de Minas Gerais. Essa investigação revelou as dificuldades enfrentadas pelo gestor escolar, supervisores pedagógicos e professores na análise e apropriação dos resultados das avaliações externas, a fragmentação do processo em relação à apropriação e análise dos resultados pela equipe escolar, bem como as políticas de formação continuada que não contemplam essas categorias profissionais, principalmente durante as reuniões pedagógicas coletivas (Módulo II).

Segundo a apresentação dos dados, das informações sobre as reuniões do Módulo II, da consulta aos registros escolares, das entrevistas semiestruturadas realizadas com a equipe escolar e dos documentos analisados (atas de reuniões, ata de resultados, bem como os resultados de fluxo e rendimento escolar), verificou-se que todos os servidores da unidade escolar possuem algum conhecimento, ainda que superficial, sobre as avaliações externas. No entanto, tornou-se evidente a necessidade de aprimorar como os resultados das avaliações externas são utilizados, analisados e apropriados por essa instituição de ensino.

A pesquisa de campo, mediante a realização de entrevistas com as supervisoras pedagógicas e professores da unidade de ensino que atuam nos 9º anos do Ensino Fundamental, permitiu evidenciar a disparidade entre o conhecimento e a competência da equipe escolar em relação à apropriação e análise dos resultados das avaliações externas do Simave, atribuída à falta de formação continuada. Esse

aspecto gerou inquietações ao pesquisador, visto que, conforme observado na investigação bibliográfica no banco de dissertações do PPGP, existe uma relação entre a análise de dados de avaliações externas, a formação continuada dos sujeitos escolares e as possibilidades de compreensão e utilização dos resultados. A falta desses elementos na dinâmica escolar permitiu notar, tanto como pesquisador quanto como profissional, a discrepância e o afastamento entre as políticas públicas e as práticas pedagógicas, tanto na rede de ensino quanto na unidade escolar, no que se refere ao uso dos dados das avaliações externas.

Os dados da descrição do caso e da pesquisa de campo, sistematizados em quadros, tabelas, gráficos e referências, possibilitaram compreender que a função dos gestores e das supervisoras é fundamental para a apropriação adequada dos dados das avaliações. Partindo-se dessa premissa, a Secretaria de Estado de Educação e as Superintendências Regionais de Ensino, norteadas pelo anseio de melhorar a qualidade educacional, podem fortalecer os encontros com as unidades escolares, aprimorar as oficinas de divulgação e promover a formação e a apropriação dos resultados. Isso pode ser alcançado por meio da reestruturação das reuniões pedagógicas coletivas (Módulo II). As dificuldades em analisar os resultados das avaliações externas do Simave e a ausência de formação continuada para os servidores, identificadas como fatores contribuintes, foram confirmadas pelos relatos das supervisoras e dos professores que participaram da pesquisa. Foi observada a dificuldade em analisar dados das avaliações externas.

A hipótese apresentada pelo pesquisador de que não havia uma análise e uma apropriação adequadas e sistemáticas dos dados das avaliações externas pela equipe escolar foi confirmada ao comparar os dados da pesquisa de campo, a partir dos documentos pesquisados e das entrevistas realizadas, por não haver referência nos registros sobre momentos específicos e detalhados para essa finalidade, assim como nos relatos colhidos.

Para a consolidação das competências profissionais necessárias ao contexto do magistério, tanto para professores quanto para supervisores pedagógicos, no que se refere à apropriação dos resultados das avaliações externas do Simave, foi identificada e reforçada a percepção de repensar as reuniões pedagógicas coletivas (Módulo II) como um espaço e tempo para a formação continuada em serviço da equipe escolar. Segundo a experiência do pesquisador na função de professor e

gestor escolar da unidade de ensino, campo da pesquisa, é fundamental haver um tempo dedicado à formação, além do período reservado para o estudo individual, a fim de que sejam realizados o planejamento, a elaboração e a organização para trabalhar com os dados, algo que atualmente não acontece.

Outro ponto evidenciado neste estudo, segundo as declarações dos professores e supervisoras entrevistados, foram as inúmeras atribuições que eles desempenham diariamente. Essas tarefas frequentemente geram uma carga excessiva de trabalho, dificultando a realização de suas atribuições.

A investigação revelou a importância de um treinamento contínuo organizado para toda a equipe escolar e a necessidade de realizar um trabalho mais aprofundado sobre a análise e compreensão dos resultados das avaliações externas do Simave. As informações coletadas indicaram a urgência de uma intervenção nesse contexto; a partir desse momento, foram sugeridas estratégias por meio de um Plano de Ação Educacional (PAE). A proposta consiste em realizar atividades de formação para toda a equipe escolar, contando com o suporte da Diretoria Educacional, da Divisão Pedagógica e do Serviço de Inspeção Escolar da SER. Também incluem o monitoramento e a avaliação, fundamentados na interação entre todas as diretorias da regional de ensino.

Com o objetivo mencionado, sugeriu-se, na Ação 1, a realização de uma oficina de formação continuada destinada a toda a equipe, abordando os conceitos e finalidades do Simave/Proeb, bem como a melhor forma de interpretar os resultados de maneira adequada e construtiva.

A Ação 2 propôs a elaboração de um Plano de Intervenção para o compartilhamento de conhecimentos com cada parte envolvida no processo da avaliação externa, visando refletir sobre os principais desafios e construir estratégias, tendo como referência os resultados dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental nos testes do Proeb.

Em relação à Ação 3, esta foi planejada visando monitorar e avaliar o Plano de Ação Educacional, servindo como uma ferramenta importante para ajustes, sugerindo aprimoramentos e sinalizando áreas que requerem atenção por meio do acompanhamento da execução das atividades pelos responsáveis, dos prazos estabelecidos pela equipe e, principalmente, dos resultados alcançados.

Por fim, este estudo possibilitou tornar-me “autor”, apresentando novas formas de atuar, tanto em sala de aula quanto na direção escolar e, mais recentemente, na função de analista educacional como inspetor escolar. Essa experiência foi adquirida na escola onde a pesquisa foi realizada, especialmente ao lidar com a interpretação dos resultados das avaliações externas do Simave. Atualmente, na SRE, surge a oportunidade de ampliar essa proposta de Plano de Ação Educacional para as demais unidades de ensino da região, contribuindo assim para a minha formação profissional. O reencontro com a escrita acadêmica durante o programa de mestrado, após um intervalo de 11 anos sem me envolver em uma formação mais aprofundada, e a aplicação das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), juntamente com a experiência adquirida nas disciplinas oferecidas durante o mestrado, certamente, trouxeram consequências favoráveis em minha trajetória profissional.

É nítido para mim a diferença entre o professor/gestor que deu início a este estudo e o professor/inspetor que, ao longo do processo de pesquisa e ao ouvir os colegas de profissão, agora finaliza este texto. Como exemplo, menciono o efeito em minha atuação como profissional e a transformação na carreira dentro da rede estadual de Minas Gerais nos últimos anos, bem como o conhecimento adquirido neste estudo, que é uma das finalidades do mestrado profissional: causar impacto na vida profissional dos mestrandos.

Outra mudança que aconteceu na minha vida como pesquisador e profissional, que muitas vezes se entrelaçam, foi a transformação pessoal. Após trabalhar na educação básica por aproximadamente 12 anos, compreendi superficialmente os conceitos de avaliação externa, o significado de suas análises e as implicações de seus resultados, além do simples ranqueamento de alunos, escolas e outras instâncias. Ao decidir focar na análise da utilização dos resultados das avaliações externas do Simave junto à equipe escolar com a qual trabalhei nos últimos anos, cuja experiência respeito e considero de referência, tive a oportunidade de refletir sobre a importância do uso dos dados. Essa reflexão evidenciou como esses dados podem contribuir para melhorar o aprendizado dos estudantes do município em que estudei ao longo de minha trajetória na escola pública, quando compreendidos por diferentes sujeitos educacionais (gestores, supervisoras e professores) em suas potencialidades e limitações. Este estudo me possibilitou a clareza de que é essencial considerar o

servidor público, especialmente na área da educação, valorizando-os. Portanto, incorporá-los ao processo de formação continuada permitirá que sejam reafirmados, valorizados e que possam se redescobrir como profissionais essenciais para o sistema educativo da rede estadual de educação de Minas Gerais. É possível afirmar que o profissional ou pesquisador que conclui este texto, enfrentando todos os obstáculos ao longo desta jornada, assume o compromisso de agir e ser diferente em todas as suas ações. Em primeiro lugar, destaca-se a concretização de um grande sonho que não é apenas meu, mas de muitos, e que pode impactar positivamente a vida de diversos indivíduos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Gislaine Aparecida Aguiar Silva. **Apropriação e uso de resultados do Simave/Proeb na Escola Estadual Fernando Melo Viana: um possível caminho na busca da qualidade da educação**. 2020. 112f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/12097>. Acesso em: 11 jan. 2024.
- BERNARDO, Pedro; FERREIRA, Sandra Lúcia. Uso e apropriação dos resultados das avaliações externas pelo gestor escolar: revisão sistemática. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, Santa Maria, v. 12, n. 30, p. 270-284, 2025. DOI:10.55028/pdres.v12i30.22145. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/22145>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, 2012. DOI:10.1590/S1517-97022012005000006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/rtQkYDSjky4mXG9TCrgRSqJ/>. Acesso em: 24 fev. 2024.
- BOUDETT, Kathryn Parker; CITY, Elizabeth A.; MURNANE, Richard J. **Data wise: guia para o uso de evidências na educação**. Porto Alegre: Penso, 2020.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 09 set. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 ago. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema de coleta on-line do Censo Escolar da Educação Básica (Educacenso)**. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública, 2011. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/280>. Acesso em: 09 nov. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020**. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Brasília: Ministério da Educação, 2020a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/l14040.htm. Acesso em: 18 ago. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Painel educacional**. 10 nov. 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-educacional>. Acesso em: 19 mai. 2024.

BROOKE, Nigel. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 128, p. 377-401, 2006. DOI:10.1590/S0100-15742006000200006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/xpH7dBYJxQ9wdrN5NLNyD8n/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália de A. **A avaliação externa como instrumento de gestão educacional nos estados**. 11 ago. 2011. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/avaliacao_externa_fvc.pdf. Acesso em: 08 mar. 2024.

CASTRO, Maria Rosana de Oliveira. **Uma experiência do Programa Ensino Médio Inovador em Ananindeua - Pará**. 2017. 223f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8627>. Acesso em: 17 abr. 2024.

FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury. Qualidade da educação básica: avaliação, indicadores e metas. In: HENRIQUES, Ricardo; VELLOSO, Fernando; GIAMBIAGI, Fábio (Orgs.). **Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FONTANIVE, Nilma Santos. A divulgação dos resultados das avaliações dos sistemas escolares: limitações e perspectivas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, São Paulo, v. 21, n. 78, p. 83-100, 2013. DOI:10.1590/S0104-40362013005000005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/bwqdfSqzysvDG5giNgbXRFw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2024.

FREITAS, Wesley Ricardo de Souza; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 7-22, 2011. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/560>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, 2003. DOI:10.1590/S0101-73302003000100005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/fwBNt6pKWJKTdYrCkxHjPdQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 set. 2024.

GATTI, Bernadete Angelina. Possibilidades e fundamentos de avaliação externa: primórdios e perspectivas contemporâneas. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete Angelina; TAVARES, Marialva Rossi (Orgs.). **Ciclo de debates: vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil, origens e pressupostos**. Florianópolis: Editora Insular, 2013. p. 47-69.

GIMENES, Nelson; SILVA, Vandrê Gomes da; PRÍNCIPE, Lisandra Marisa; LOUZANO, Paula; MORICONI, Gabriela Miranda. Além da Prova Brasil: investimentos em sistemas próprios de avaliação. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 55, p. 12-32, 2013. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-68312013000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 06 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama do Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lasance/panorama>. Acesso em: 05 fev. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5.ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

LIMA, Carla da Conceição de. Implementação do Simade: análise da atuação dos diretores escolares. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 28, e41860, 2022. DOI:10.26512/lc28202241860. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-04312022000100116&script=sci_abstract. Acesso em: 9 nov. 2024.

LIMA, Carla da Conceição de; RAMOS, Maria Elizabete Neves; OLIVEIRA, André Luiz Reis de. Implementação de uma política educacional no contexto da pandemia de Covid-19: o REANP em Minas Gerais. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 38, e78237, 2022. DOI:10.1590/0104-4060.78237. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VRLQXGLcfR3hz8HckkzdBjf/abstract/?lang=pt>.

MACHADO, Cristiane. Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 70-82, 2012. Disponível em: https://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_5_1/educacao_01_70-82.pdf

MACHADO, Márcia Cristina Silva. **A gestão estratégica como o caminho para implantação da gestão participativa no sistema educacional**. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MELÔNIO, Eula Pereira Moura. **Ferramenta 5W2H**: a importância do plano de ação para tomadas de decisão no empreendedorismo. 2023. 22f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Cabedelo, 2023.

Disponível em:

<https://repositorio.ifpb.edu.br/jspui/bitstream/177683/3480/1/Eula%20Pereira%20Moura%20Mel%C3%B4nio.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE nº 1.180, de 28 de agosto de 2008**. Estabelece as diretrizes e dá orientações para implantação, manutenção e atualização de dados no Sistema Mineiro de Administração Escolar – SIMADE. Disponível em:

https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/1180_r.pdf.

Acesso em: 14 out. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE nº 4.037, de 04 de dezembro de 2018**. Disponível em:

<https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4037-18-r.pdf>.

Acesso em: 06 abr. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE nº 4.310, de 17 de abril de 2020**. Dispõe sobre as normas para a oferta de Regime Especial de Atividades Não Presenciais, [...], em decorrência da pandemia Coronavírus (Covid-19), para cumprimento da carga horária mínima exigida. Belo Horizonte: SEE, 2020.

Disponível em: <https://srepousoalegre.educacao.mg.gov.br/index.php/9-noticias/156-resolucao-see-n-4-310-2020>. Acesso em: 28 out. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Plataforma de avaliação e monitoramento da educação básica de Minas Gerais (Simave)**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2023a. Disponível em: <https://simave.educacao.mg.gov.br/#!/pagina-inicial>. Acesso em: 13 ago. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Simave 2023**. Juiz de Fora: UFJF/CAEd, 2023b. (Revista da Escola – Gestão Escolar, 2). Disponível em:

<https://prototipos.caeddigital.net/arquivos/mg/colecoes/2023/SIMAVE%202023%20-%20RG%20-%20Web.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Quadro de pessoal**: SYSADP.

Disponível em: <https://controlequadropessoal.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em: 06 abr. 2023c.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Superintendências Regionais de Ensino**. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/a-secretaria/superintendencias-regionais-de-ensino-sres/>.

Acesso em: 24 jul. 2024a.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Escola de formação**.

Disponível em: <https://escoladeformacao.educacao.mg.gov.br/index.php/25-portal-especialista>. Acesso em: 17 mar. 2024b.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão: UFG, 2011.

PAUL, Jean-Jacques; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Qualidade docente e eficácia escolar. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 119-133, 2008. DOI:10.1590/S0103-20702008000100006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/9XDhbDmMRWXsVrqvykVpwGR/?lang=pt>. Acesso em: 06 fev. 2024.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação, competências e ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAMPAIO, Tuane Bazanella. **Metodologia da pesquisa**. Santa Maria, RS: UFSM, CTE, UAB, 2022. (Gestão em organização pública em saúde).

SILVA, Jonathan Zotti da; GALLON, Mônica da Silva. O desenvolvimento de um modelo dialógico de planejamento de projetos de pesquisa para estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 58, n. 2, p. 939-955, 2019. DOI:10.1590/010318138653931450692. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/tNwK7Ynwq64bkNSyLVNz7kH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2024.

SOARES, Erineuda do Amaral; WERLE, Flávia Obino Corrêa. Resultados das avaliações em larga escala: novas formas de pensar e agir. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 11, n. 23, p. 41-59, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/868>. Acesso em: 18 mai. 2024.

STROPPIA, Elder. A utilização do Simade e do Simave como meios de administração e avaliação educacional das escolas públicas estaduais em Minas Gerais. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 24, n. 42, p. 115-140, 2022. DOI:10.29327/264759.24.42-4. Disponível em: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/cadernos-ele/article/view/445>. Acesso em: 24 ago. 2024.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. **Covid-19**: pesquisa da Unimontes em parceria com o Estado avalia condições de saúde e trabalho dos professores da educação básica em MG. 12 nov. 2020. Disponível em: <https://unimontes.br/covid-19-pesquisa-da-unimontes-em-parceria-com-o-estado-avalia-condicoes-de-saude-e-trabalho-dos-professores-da-educacao-basica-em-mg/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

WERLE, Flavia Obino Correa. Políticas de avaliação externa na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino.

Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, 2011. Disponível em:

<https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/420>. Acesso em: 14 mai. 2023.

WIKIPÉDIA. **Lassance**. 20 dez. 2024. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Lassance>. Acesso em: 24 jan. 2024.

APÊNDICE A – Roteiro da entrevista semiestruturada

ROTEIRO DA ENTREVISTA⁹

- 1) Descreva sua trajetória profissional, sua formação educacional e o caminho que percorreu até atingir a posição que ocupa atualmente.
- 2) Descreva como é a sua rotina no ambiente escolar de trabalho.
- 3) O que você pode informar sobre o Simave (sua definição, os programas que oferece, os resultados das escolas e o desempenho dos estudantes)?
- 4) Na sua opinião, as avaliações externas atendem à função de identificar a qualidade da educação oferecida pelas escolas e redes públicas do país?
- 5) De que maneira a equipe gestora e pedagógica desta escola tomam conhecimento dos resultados de seus alunos no Simave/Proeb?
- 6) Quais são as maneiras pelas quais as instâncias superiores (SEE e SRE) contribuem para que a escola compreenda e utilize os resultados do Simave/Proeb?
- 7) Após a obtenção dos resultados, em que momento e de que maneira são repassadas essas informações à sua equipe de professores?
- 8) Após esse período de aquisição de conhecimentos sobre os resultados, quais medidas são implementadas e desenvolvidas pela escola para auxiliar na compreensão desses resultados?
- 9) Após revisar os resultados mais recentes da escola, você notou alguma alteração na abordagem educacional dos professores em sala de aula?
- 10) Na sua perspectiva, quais fatores interferem no resultado dos estudantes no Simave/Proeb nos componentes curriculares avaliados?

⁹ Entrevista adaptada de Alves (2020).

- 11) Em relação a essa prática recorrente de avaliação externa realizada pelas redes de ensino, quais aspectos você considera como obstáculos para o avanço desse processo sistêmico?
- 12) E quanto ao período anterior a um ciclo de avaliação, quais ações a escola realiza para participar do Simave/Proeb?
- 13) Os professores relatam que utilizam os boletins pedagógicos do Proeb para analisar o desempenho dos estudantes?
- 14) Durante o período em que exerceu esta função, você participou de alguma formação promovida pela SRE Curvelo e pela SEE/MG sobre a apropriação de resultados?
- 15) Na sua função como supervisor ou professor, você consegue identificar alguma ação que a equipe gestora poderia implementar para aprimorar o desempenho dos alunos no Simave/Proeb nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática? Quais seriam essas medidas?
- 16) De quem é a responsabilidade quanto aos resultados das avaliações externas?
- 17) Considerando todas as questões e situações apresentadas, quais alternativas e medidas podem ser adotadas para reverter essa situação, aprimorar o desempenho dos estudantes nas avaliações externas e, por conseguinte, a aprendizagem?

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido

Temos o prazer de convidá-lo(a) a colaborar como voluntário(a) na pesquisa intitulada “*Desafios na apropriação e melhoria dos resultados das avaliações externas em uma escola estadual no município de Lassance - Minas Gerais*”, sob a supervisão da professora Dra. Andréia Francisco Afonso. A razão pela qual foi conduzida esta pesquisa é a elaboração da dissertação de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gustavo Araújo de Carvalho, matrícula 102341364, é designado neste contexto como “Pesquisador”, sendo o responsável pela condução das entrevistas e autor do presente trabalho. Neste estudo, o objetivo é examinar as barreiras que dificultam a utilização adequada dos resultados das avaliações externas e dos dados/indicadores dos sistemas de gestão, visando, assim, aprimorar o desempenho dos estudantes.

Caso você concorde em participar, serão realizados os procedimentos metodológicos da pesquisa: entrevista para coleta de dados dos servidores da instituição – professores e especialistas. Esta pesquisa não apresenta quaisquer riscos. A pesquisa pode contribuir para melhorar o processo de apropriação dos resultados das avaliações externas e o desempenho dos estudantes.

A participação neste estudo não implicará nenhum custo para você, tampouco resultará em qualquer vantagem financeira. No entanto, se você sofrer algum prejuízo decorrente das atividades realizadas nesta pesquisa, você tem o direito de solicitar uma compensação. Você receberá todas as informações que desejar sobre esta pesquisa e terá a liberdade de decidir se deseja participar ou não. Mesmo que você decida participar neste momento, é possível desistir ou interromper sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a decisão de não participar não resultará em nenhuma penalidade ou alteração no modo como você é atendido(a). O pesquisador não revelará sua identidade. Os resultados da pesquisa serão disponibilizados a você assim que ela for concluída. Seu nome ou qualquer informação que mostre sua participação não será divulgada sem a sua autorização. Sua identidade não será revelada em nenhuma publicação que possa ocorrer como resultado.

Este documento de consentimento foi impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa serão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Após esse período, conforme a legislação atual. O pesquisador tratará sua identidade com padrões profissionais de sigilo, seguindo a legislação brasileira (Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações unicamente para objetivos acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que tive a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, 19 de novembro de 2024.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

Nome do Pesquisador Responsável: Gustavo Araújo de Carvalho
Campus Universitário da UFJF
Faculdade/Departamento/Instituto: Faculdade de Educação/Departamento de Educação
CEP: 36036-900
Fone: (38) 9 9913-4876
E-mail: gustavocarvalho.mestrado2022@caed.ufjf